

2025

Relatório e Contas Consolidadas

O Pilar Económico do Grupo CP

Análise e desempenho
da sustentabilidade
económica do Grupo



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 212 635 680,46 €

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Direção Financeira

Contactos: institucional@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo
Ortográfico



Índice

OS NÚMEROS DO GRUPO	8
O GRUPO APRESENTA-SE	10
QUEM SOMOS.....	11
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	13
ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	13
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	13
SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	14
SIMEF, A.C.E.....	14
Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)	14
CADEIA DE VALOR DO GRUPO	15
MODELO DE GOVERNO	16
RELATO NÃO FINANCEIRO	17
CONJUNTURA MACROECONÓMICA	18
CONTAS NACIONAIS.....	19
MERCADO DE TRABALHO.....	21
INFLAÇÃO	22
DESEMPENHO ANUAL DO GRUPO	23
CP.....	24
Sumário Executivo	24
Atividade em 2025.....	24
Gestão dos Meios	26
Procura e Oferta.....	27
Proveitos do Transporte de Passageiros	29
Atividade de Manutenção	30
Investimentos	31
Resultados Individuais da CP.....	32
SIMEF.....	34
Sumário Executivo	34
Atividade	34
Recursos Humanos.....	34
Resultados	35
FERNAVE.....	36
Sumário Executivo	36
Atividade em 2025.....	36
Recursos Humanos.....	37
Proveitos	37
Resultados	38
ECOSAÚDE.....	39
Sumário Executivo	39
Atividade em 2025.....	39

Recursos Humanos.....	40
Proveitos	40
Resultados	40
SAROS	42
Sumário Executivo	42
Atividade em 2025.....	42
Recursos Humanos.....	42
Proveitos	43
Resultados	43
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	45
CONTA DE EXPLORAÇÃO	46
Resultado Líquido	46
Resultado Operacional das Atividades Core do Grupo (EBITDA).....	46
Resultado Operacional.....	47
Resultado Financeiro	48
BALANÇO	49
Ativo.....	49
Capital Próprio.....	50
Passivo.....	50
DÍVIDA FINANCEIRA.....	51
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	51
PERSPETIVAS PARA 2026	53
CP.....	54
SIMEF.....	55
FERNAVE.....	55
ECOSAÚDE.....	56
SAROS	56
RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2024	57
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	59
ASSINATURAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	62
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	64
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	70
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1).....	71
Identificação.....	71
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2).....	72
Referencial Contabilístico	72
Derrogações às IFRS	72
Valores Comparativos	73
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 3)	73
Bases de Mensuração	73
Consolidação	74
O Grupo e a Empresa	74

A CP	74
Empresas Participadas.....	74
Outras Participações.....	75
Método de Consolidação.....	77
Perímetro de Consolidação	78
Políticas Contabilísticas Relevantes.....	79
FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)	103
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários.....	103
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)	103
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 6).....	104
ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 7)	106
DIREITOS DE USO DE ATIVOS (NOTA 8)	107
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 9)	109
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 10).....	110
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 11).....	111
INVENTÁRIOS (NOTA 12)	113
CLIENTES (NOTA 13).....	114
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 14)	115
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 15)	116
DIFERIMENTOS (NOTA 16)	118
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 17).....	119
CAPITAL (NOTA 18).....	120
Capital Realizado	120
Capital Não Realizado	121
RESERVAS LEGAIS (NOTA 19)	121
OUTRAS RESERVAS (NOTA 20)	121
RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 21)	121
AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 22)	122
PROVISÕES (NOTA 23).....	122
FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 24)	123
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 25)	124
FORNECEDORES (NOTA 26)	125
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 27)	125
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 28)	126
GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 29).....	127
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO (NOTA 30)	127
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NOTA 31)	128
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 32)	128
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 33).....	129
GASTOS COM PESSOAL (NOTA 34)	129
IMPARIIDADES DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS / AMORTIZÁVEIS (NOTA 35)	130
OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 36)	131
OUTROS GASTOS (NOTA 37)	131
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 38)	132
IMPARIIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 39)	132
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 40)	133

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 41)	133
GARANTIAS E AVALES (NOTA 42)	134
SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS ASSOCIADAS (NOTA 43)	134
REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (NOTA 44)	135
ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (NOTA 45)	136

Índice de Gráficos



Gráfico 1 – Taxa de variação do PIB homólogo entre 2020 e o período de relato..... 19



Gráfico 2 - Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre. 21



Gráfico 3– Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021. 22



Gráfico 4 – Peso de cada grande grupo de investimentos realizados no período de relato. 31



Gráfico 5 - Financiamentos obtidos. 51

1.

OS NÚMEROS DO GRUPO



**CP
Train UP**

Programa de Estágios
Trainees 2025/2026

Eleva o teu futuro


CANDIDATA-TE!


COMBOIOS DE PORTUGAL

KPIs Operacionais do Grupo	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	208 796	188 306	20 490	10,9%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	6 300 428	4 928 960	1 371 468	27,8%
Oferta				
Comboios (10 ³)	417	416	1	0,3%
CK (10 ³)	28 109	27 862	247	0,9%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	234	238	-4	-1,7%
Locomotoras	50	50	0	0,0%
Carruagens	163	156	7	4,5%
Recursos Humanos				
CP	3 940	3 890	50	1,3%
SIMEF	73	73	0	0,0%
Fernave	10	11	-1	-9,1%
Ecosaúde	25	25	0	0,0%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final do Grupo	4 049	4 000	49	1,2%

KPIs Financeiros do Grupo (10 ³ €)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	11 798	17 138	-5 340	-31,2%
Resultado Líquido	4 155	1 929	2 226	115,4%
EBITDA (1)	59 769	69 464	-9 695	-14,0%
Balanço				
Ativo	658 664	667 658	-8 994	-1,3%
Capital Próprio	233 131	228 970	4 161	1,8%
Passivo	425 533	438 688	-13 155	-3,0%
Financiamentos Obtidos	103 909	103 646	263	0,3%

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do Grupo.

2.

O Grupo Apresenta-se

Pedir o Cartão CP
no site?

**Agora sim.
Mais simples,
acessível e sempre
à mão.**



Quem Somos

A CP é uma entidade pública empresarial que exerce a atividade de transporte ferroviário de passageiros, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. O seu capital é integralmente detido pelo Estado, regendo-se pelos seus Estatutos e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O Grupo presta serviços de:

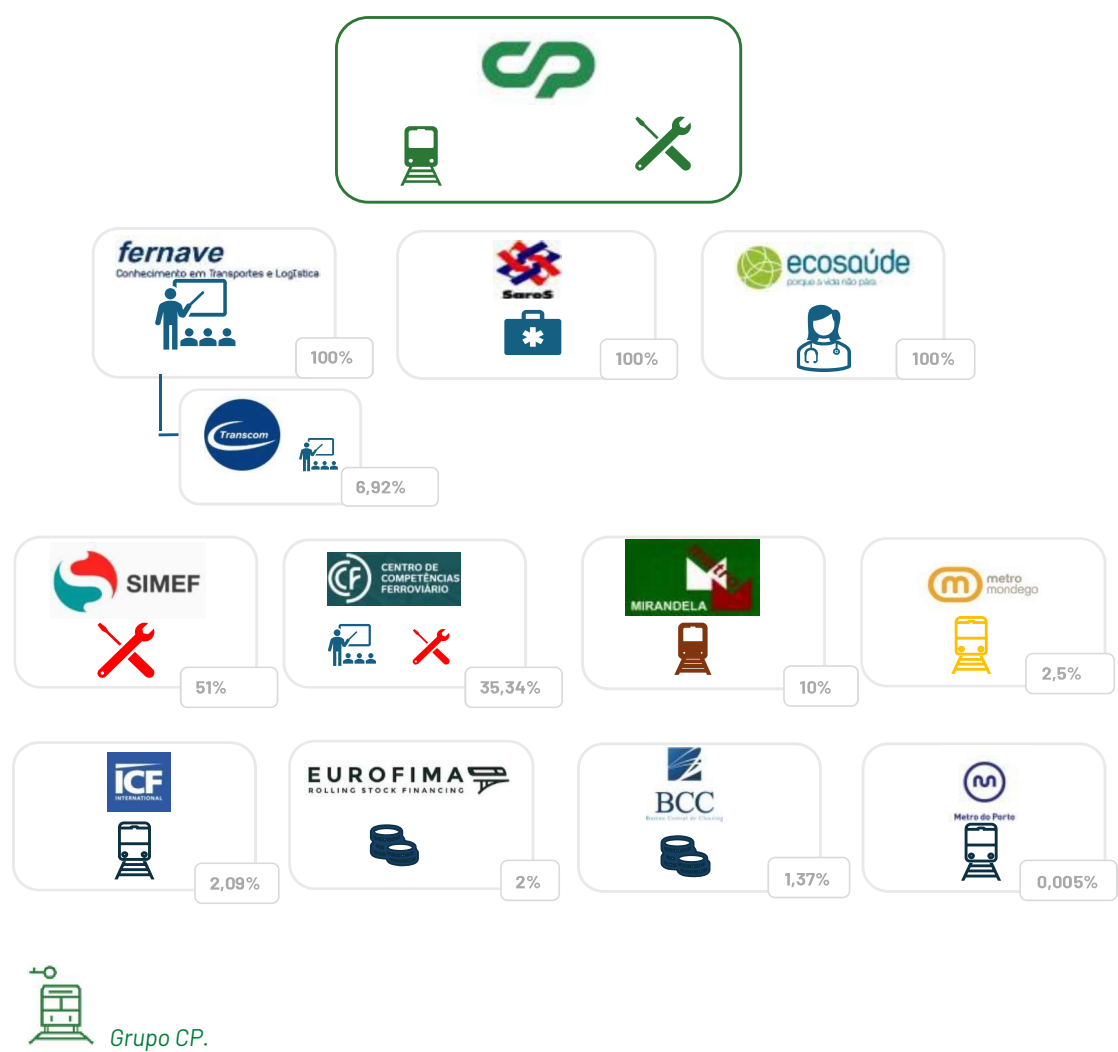
- Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Manutenção de material circulante, tanto próprio como de outros Operadores de Transportes;
- Formação Técnica;
- Medicina no trabalho, tanto a Empresas como a Particulares.

No final de 2025, o Grupo contava com 4 049 Colaboradores, uma frota de 234 automotoras, 50 locomotivas e 163 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular cerca de 417 milhares de comboios que transportaram cerca de 209 milhões de passageiros.

Em 2025 ocorreram as seguintes alterações nas participações sociais:

- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2024, de 5 de janeiro, a CP foi autorizada a fazer uma Oferta Pública de Venda das ações correspondentes à participação de 3,73% que detinha na Medway (ex-CP Carga), operação que foi integralmente concretizada;
- A partir de 17 de janeiro de 2025, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, a TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, E.M.T., S.A. passou a assegurar os serviços anteriormente prestados pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, designadamente a gestão do sistema de bilhética;
- A CP celebrou, em 22 de dezembro de 2025, um contrato de cessão de quotas representativas de 35% do Capital Social da Nomad Tech, Lda., na sequência da autorização concedida pelas Tutelas Setorial e Financeira, nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei Nº 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE), na sua redação atual.

No quadro seguinte indicam-se as participações da CP no final de 2025.



Negócios e Impacto

Cada uma das Participadas contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção. Executa as funções oficiais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)

A Associação CCF foi constituída em 2021 e tem como objetivo posicionar Portugal como referência na indústria ferroviária, no desenvolvimento de tecnologias e de novos produtos, na capacitação de capital humano e do tecido industrial nacional e na aceleração de ideias, projetos e empresas com capacidade de internacionalização. Trata-se de uma Associação Sem Fins Lucrativos.

Cadeia de Valor do Grupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	Fernave	EcoSaúde	SAROS	SIMEF
CP	Aluguer Edifícios		☒			☒
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		☒	☒	☒	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância, <i>utilities</i> , etc.)		☒	☒	☒	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante					☒
Fernave	Formação	☒			☒	☒
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	☒	☒		☒	☒
SAROS	Mediação de Seguros	☒	☒	☒		☒
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	☒				

Ao longo do presente relatório desenvolveremos as principais ações realizadas em 2025 e perspetivas futuras para estas empresas.

Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP em funções no período de relato foi constituído pelos seguintes elementos:

De 01 de janeiro a 19 de fevereiro de 2025:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
28-09-2022 a 31-12-2024	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	CP	D
28-09-2022 a 31-12-2024	Vice Presidente	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	CP	D
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	CP	D
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	CP	D
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	28-09-2022	CP	D

A partir de 20 de fevereiro de 2025:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
20-02-2025 a 31-12-2027	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM nº29/2025	19-02-2025	CP	D
20-02-2025 a 31-12-2027	Vice Presidente	Sara Maria Pereira do Nascimento	RCM nº29/2025	19-02-2025	CP	D
20-02-2025 a 31-12-2027	Vogal	Ana Maria Vicente da Silva Horta	RCM nº29/2025	19-02-2025	CP	D
20-02-2025 a 31-12-2027	Vogal	Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro	RCM nº29/2025	19-02-2025	CP	D
20-02-2025 a 31-12-2027	Vogal	João António Gomes Claro	RCM nº29/2025	19-02-2025	CP	D

Os Membros do Conselho de Administração da CP exerceram ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

De 01 de janeiro a 19 de fevereiro de 2025

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2025		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Nomad Tech, Lda	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP - Transportes intermodais do Porto	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública

A partir de 20 de fevereiro de 2025

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2025		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Nomad Tech, Lda	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada

Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2025, é parte integrante do Relatório de Governo Societário 2025 da CP, enquanto empresa-mãe do grupo.

3.

Conjuntura Macroeconómica



Contas Nacionais¹

A economia portuguesa evidenciou em 2025 um crescimento moderado, mas sustentado, num contexto internacional ainda marcado por condições financeiras restritivas e abrandamento da atividade na área do euro.

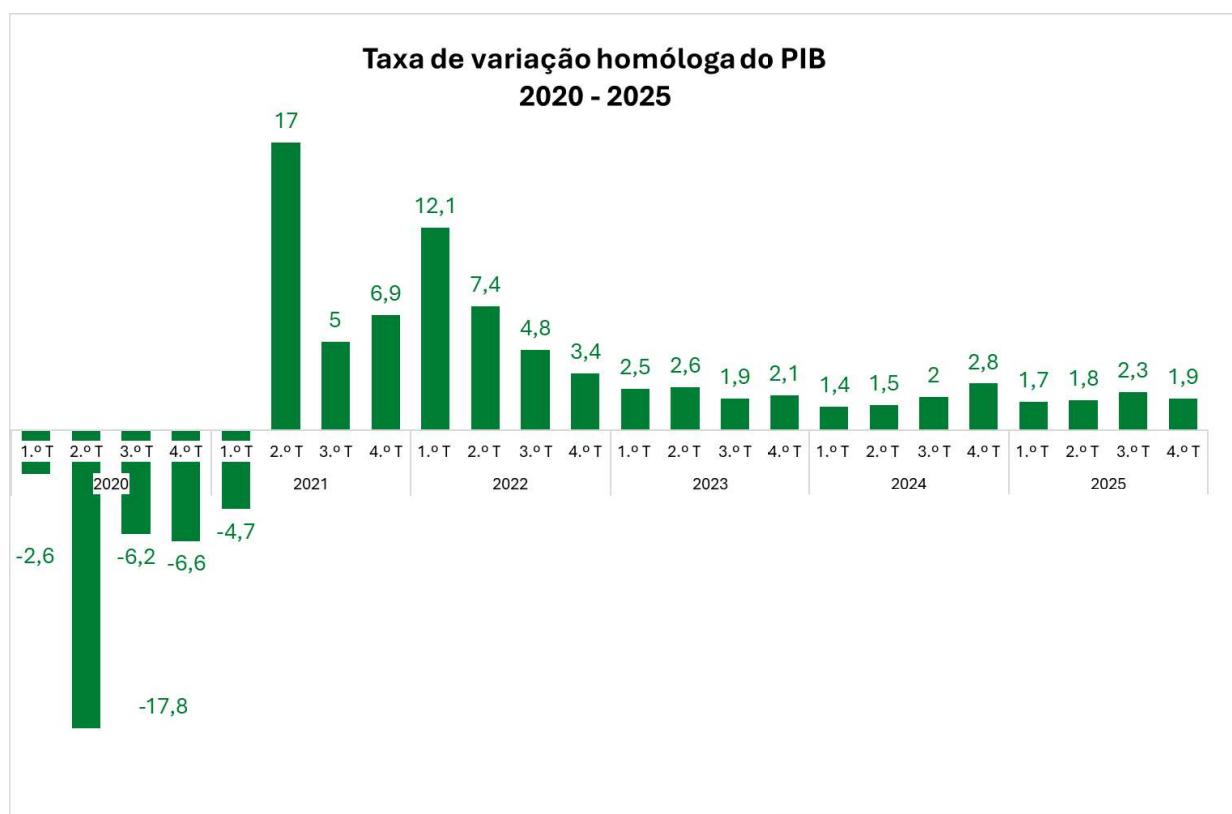


Gráfico 1 – Taxa de variação do PIB homólogo entre 2020 e o período de relato.

O Produto Interno Bruto (PIB), em volume, apresentou uma trajetória de aceleração ao longo do ano.

Após crescimentos homólogos de 1,7% no 1.º trimestre, 1,8% no 2.º trimestre e 2,3% no 3.º trimestre, a evolução do 4.º trimestre confirmou a recuperação cíclica da atividade, permitindo encerrar o ano com um crescimento real anual em torno de 1,9%.

¹ Fontes Estatísticas

- Instituto Nacional de Estatística (INE) — Contas Nacionais Trimestrais e Estatísticas do Emprego, 2025
- Eurostat — Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) e *Labour Force Survey*
- Banco de Portugal — Boletim Económico, março de 2026 e projeções macroeconómicas 2025-2027

O crescimento foi suportado sobretudo pela procura interna, destacando-se o consumo privado, beneficiando da desaceleração da inflação e do aumento do rendimento disponível real das famílias.

O investimento apresentou alguma volatilidade ao longo do ano, condicionado pelo nível ainda elevado das taxas de juro durante parte de 2025 e por atrasos na execução de alguns projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O contributo da procura externa líquida tornou-se menos negativo ao longo do ano, refletindo a aceleração das exportações de serviços — particularmente no setor do turismo — e uma moderação das importações.

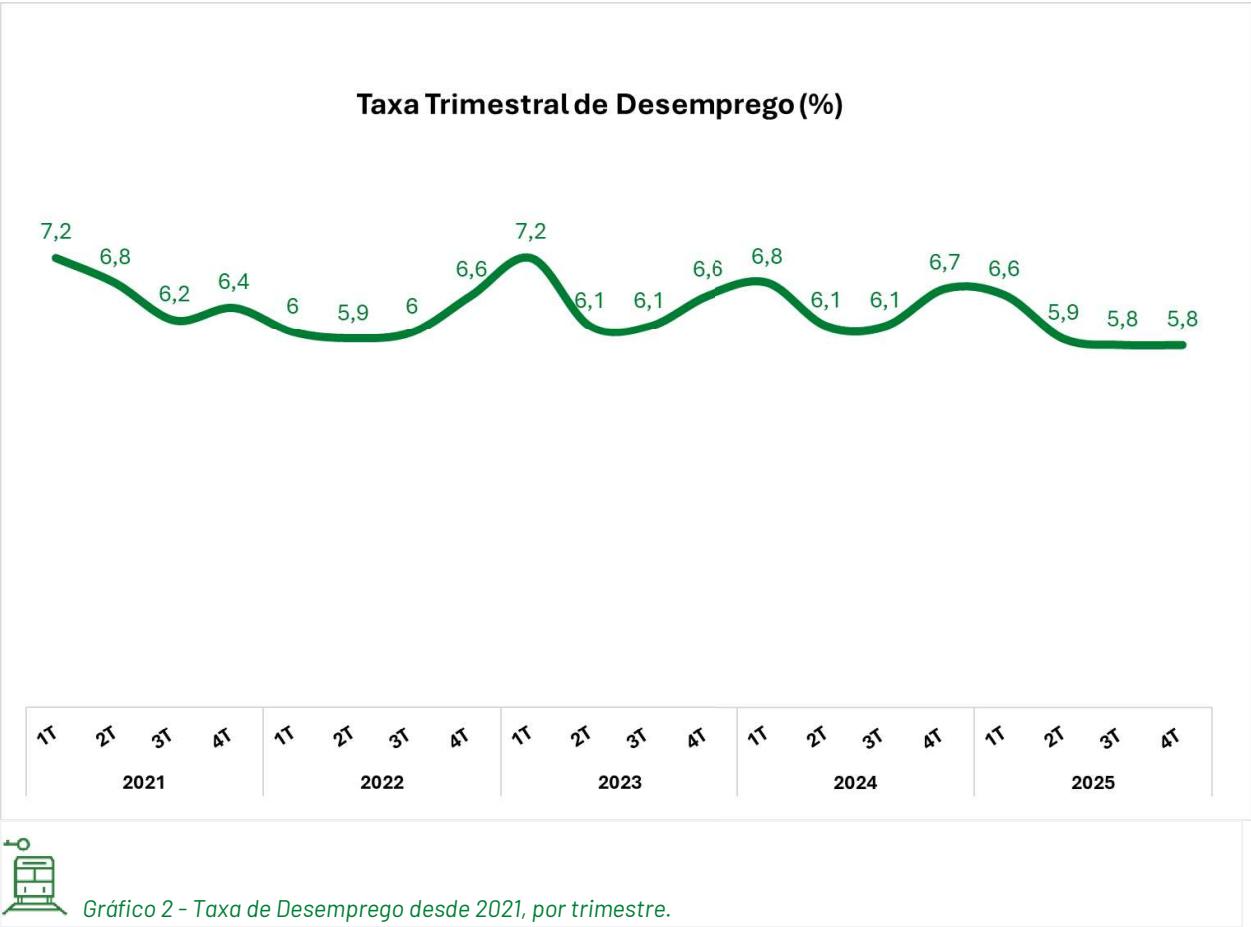
A desaceleração registada no último trimestre reflete a deterioração do contexto internacional, na sequência do conflito no Médio Oriente, que implicou o aumento do preço dos bens energéticos e a expectativa de agravamento das condições de financiamento.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho manteve-se particularmente resiliente ao longo de 2025. A população empregada atingiu níveis historicamente elevados, os mais altos desde o final da década de 1990, refletindo a robustez dos setores dos serviços, turismo e atividades conexas.

A média anual da taxa de desemprego situou-se nos 6,0% em 2025.

A evolução favorável do emprego contribuiu para o aumento do rendimento disponível das famílias e para o reforço do consumo privado, constituindo um dos principais suportes do crescimento económico no ano.



Inflação

A inflação consolidou em 2025, a tendência descendente iniciada após o pico observado em 2022. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa média anual próxima de 2,2%, abaixo dos 2,7% registados em 2024.

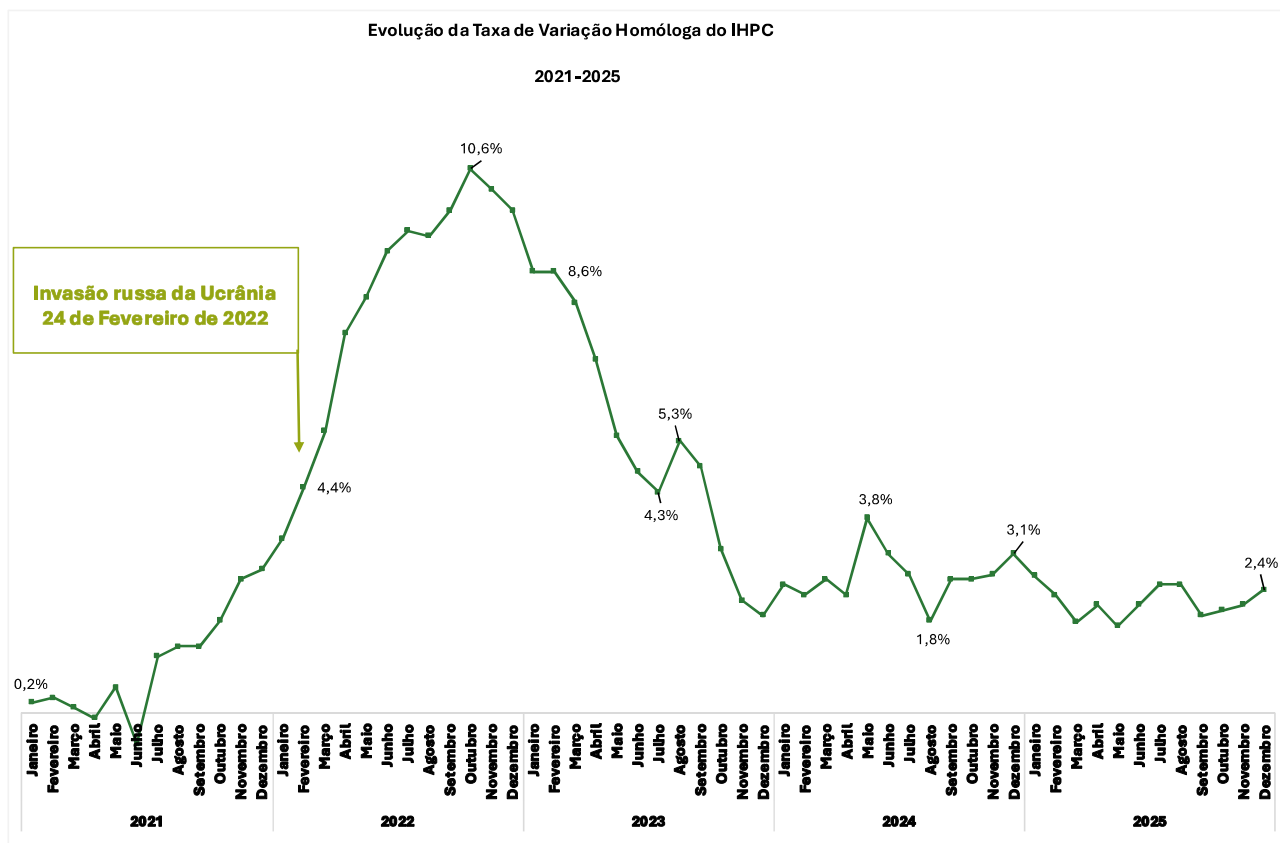


Gráfico 3- Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021.

Fonte: www.ine.pt

A evolução dos preços foi influenciada pela normalização dos preços energéticos e pela redução das pressões inflacionistas nas cadeias de abastecimento, em resultado da política monetária restritiva do Banco Central Europeu.

Os principais contributos positivos para a variação do índice foram provenientes das classes de bens alimentares e bebidas não alcoólicas, restaurantes e hotéis, educação e saúde. Em sentido contrário, vestuário e calçado e comunicações apresentaram contributos negativos, o que favoreceu a estabilização do índice global.

4.

Desempenho Anual do Grupo

* EDIÇÃO 2025 *

COMBOIO HISTÓRICO DO DOURO

De 7 de junho a
25 de outubro

Sábados, domingos
e quartas-feiras

Consulte as datas em cp.pt

59€

30€

Criança
(4 a 12 anos inclusive)

FERREIRA
1835
PORTO



COMBOIOS DE PORTUGAL



COMBOIOS DE PORTUGAL

Sumário Executivo

A CP, em 2025, com mais de 208 milhões de passageiros transportados ao longo do ano, o que representou um crescimento de 10,9% face a 2024 e um novo recorde deste século, reafirmou-se como um instrumento decisivo de política pública, contribuindo simultaneamente para a redução da pegada carbónica, o reforço da coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste contexto, merece particular destaque o impacto da implementação do Passe Ferroviário Verde, uma medida estruturante que veio democratizar o acesso ao transporte ferroviário, promover a utilização do transporte público e incentivar comportamentos mais sustentáveis. Para estes resultados contribuíram ainda o reforço da oferta de comboios Alfa Pendular aos sábados e feriados e a reativação do serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões, com a implementação de novas ligações entre Ovar e Leça do Balio.

A obtenção de resultados líquidos positivos ao longo dos últimos quatro anos evidencia o reforço da solidez financeira da Empresa, destacando-se, em 2025, um resultado líquido individual de 4,9 milhões de euros, correspondente a mais do dobro do resultado obtido em 2024.

Para este desempenho contribuíram o aumento dos proveitos de tráfego, que atingiram 282,8 milhões de euros, e o crescimento do volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, que atingiu 21,4 milhões de euros, representando um aumento de 25,7% face ao ano anterior.

Os resultados dos últimos anos permitiram ainda que o INE alterasse a classificação setorial da CP, retirando-a do Perímetro Orçamental do Estado e passando a ser classificada como Entidade de Mercado.

Atividade em 2025

Reabertura da Linha da Beira Alta

Após encerramento prolongado para intervenção de modernização, a Linha da Beira Alta reabriu na sua totalidade no dia 28 de setembro.

Reforço da Frequência dos Comboios Alfa Pendular

A partir de 5 de julho, foi reforçada a frequência dos comboios Alfa Pendular aos sábados e feriados no período da manhã para os percursos entre Lisboa e Porto (nos dois sentidos).

Linha de Leixões

A 9 de fevereiro, iniciou-se um novo serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões, entre as estações de Leça do Balio e Porto Campanhã. Vem permitir comboios diretos entre Ovar e Leça do Balio, sem necessidade de mudança em Porto-Campanhã, bem como comboios entre Porto-Campanhã e Leça do Balio.

Novo Site e Nova APP

Com funcionalidades adicionais que visam melhorar significativamente a experiência dos clientes, tais como a possibilidade de comprar bilhetes online sem necessidade de *login*, bem como uma área de cliente renovada – myCP. O Cartão CP passou a estar disponível em formato digital, podendo o Passe Ferroviário Verde ser emitido e carregado sem necessidade de suporte físico.

Para facilitar o planeamento das deslocações, a App CP passou a disponibilizar informação em tempo real sobre as viagens, ajudando os clientes a poupar tempo e a tomar decisões mais informadas.

Novas Máquinas de Venda Automática

Foi concluída a instalação de mais de 300 novos equipamentos nas principais linhas da Área Metropolitana de Lisboa - linhas de Sintra, Cascais, Azambuja e Sado que permitem, entre outras funcionalidades, a venda de bilhetes para todos os serviços CP e a venda de passes e assinaturas: Navegante, Assinaturas Urbanas e Regionais e Passe Ferroviário Verde.

Receção do Primeiro Novo Comboio para Serviço Regional

Chegou ao País o primeiro dos 22 novos comboios regionais encomendados à fabricante suíça Stadler, marcando um passo decisivo na modernização da frota ferroviária nacional. Iniciaram-se os processos de ensaios técnicos e de homologação.

Assinatura do Contrato para 117 Novos Comboios

Foi assinado o contrato para a aquisição de 117 novas automotoras elétricas, sendo 62 unidades para os Serviços Urbanos e 55 para os Serviços Regionais. O contrato contempla ainda a construção de uma oficina de manutenção de material circulante em Guifões (Matosinhos), estando a entrega das primeiras unidades prevista para 2029.

Novos Maquinistas e Operadores de Revisão e Venda

Em setembro realizou-se o acolhimento de 52 novos maquinistas e em novembro, a CP recebeu 21 novos Operadores de Revisão e Venda.

Programa CP TrainUP

Programa de estágios profissionais remunerados para 40 jovens com formação superior concluída há, no máximo, dois anos, com a duração de 12 meses.

Gestão dos Meios

Recursos Humanos

No final de 2025 o efetivo total a cargo da CP era de 3 940 trabalhadores, mais 50 do que no final de 2024.

A taxa anual de absentismo registou em 2025 um acréscimo de 0,65 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,93%.

A taxa anual de trabalho suplementar apresentou em 2025 um decréscimo de 0,16 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 11,33%.

Em 2025 foram ministradas próximo de 170 mil horas de formação, a 10 774 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da FERNAVE, empresa do Grupo CP.

Os temas foram muito diversificados, com especial destaque para as formações de início de carreira, devido aos recrutamentos ocorridos durante o ano.

Frota

No final de 2025 a CP dispunha de 447 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e afetação aos serviços:

Tipologia do Material	Tração	Série	Afetação ao Serviço em 2025	Parque Final 2024	Parque Final 2025	Δ
Automotoras	Elétricas	2240	Regional/ Urb.Coimbra/ Urb.Porto	54	55	1
		2300/400	Urb. Lisboa	55	55	0
		3150/250		31	31	0
		3400	Urb. Porto	34	34	0
		3500	Urb. Lisboa	12	12	0
		4000	Longo Curso	9	9	0
	Diesel	350	Regional / IC Beja /Internacional	5	6	1
		450		19	19	0
		AD592		12	6	-6
		9630		7	7	0
Locomotivas	Elétricas	2600	Regional / Longo Curso	14	14	0
		5600 (*)		24	24	0
	Diesel	1400	Regional	12	12	0
Carruagens	CIC	-----	Regional / Longo Curso	102	102	0
	Arco	-----		20	26	6
	Schindler	-----		19	19	0
	Sorefame	-----		15	16	1
TOTAL				444	447	3

(*) Inclui locomotivas alugadas ao Operador Medway (5 no final de 2024; 4 no final de 2025).

Em 2025, o parque ativo em serviço comercial foi reforçado com uma Automotora Elétrica 2240, uma Automotora Diesel 350, uma Carruagem Sorefame e seis Carruagens Arco.

No parque incluíam-se, no final de 2025, 6 automotoras diesel alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo), menos 6 que no final do ano anterior.

Procura e Oferta

A CP transportou em 2025, 208,8 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo 10,9% face ao ano anterior (+20,5 milhões de passageiros transportados).

O Serviço Regional, os Urbanos de Coimbra e os Intercidades, registaram acréscimos, respetivamente, de 110,7%, 75,2% e 48,3%, impulsionados pela implementação do Passe Ferroviário Verde. Os Urbanos de Lisboa e o Serviço Internacional, registaram decréscimos de, respetivamente, 2,1% e 14,7%. A procura do serviço Alfa Pendular foi semelhante à registada no ano anterior, apresentando um ligeiro decréscimo de 0,3%. De referir ainda, a transferência ocorrida em junho de 2024 do serviço prestado no ramal da Lousã para a Metro Mondego.

Passageiros (*10³)	2025	2024	2023	Δ 25-24	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	139 222	142 255	136 325	-3 032	-2,1%
Serv. Urbano Porto	27 810	23 877	19 942	3 933	16,5%
Serv. Urb. Coimbra	1 981	1 130	834	850	75,2%
Serv. Longo Curso	7 279	5 545	5 193	1 733	31,3%
Serv. Regional	32 405	15 382	10 857	17 023	110,7%
Serv. Internacional	99	116	115	-17	-14,7%
TOTAL	208 796	188 306	173 265	20 490	10,9%
Serv. OSP	206 681	185 822	170 576	20 860	11,2%
Serv. Não OSP	2 115	2 484	2 689	-369	-14,9%

A CP realizou durante o ano de 2025 cerca de 417 mil comboios e 28,1 milhões de comboios-quilómetro (CK). Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 0,3% do número de comboios e de 0,9% dos CK realizados.

Mantiveram-se ao longo do ano de 2025 diversas alterações à oferta da CP em consequência das obras em curso na Rede Ferroviária Nacional, estendendo-se a praticamente todo o País e prolongando-se muito além dos calendários fornecidos pela IP. Destacam-se os condicionamentos que afetaram as linhas de Cascais, do Oeste, do Algarve e do Douro.

As obras obrigaram a interdições de vários troços da rede ao longo do ano, tendo a CP mantido a mobilidade dos seus Clientes por meio de transporte rodoviário alternativo.

Após encerramento prolongado para intervenção de modernização, a Linha da Beira Alta reabriu na sua totalidade no dia 28 de setembro.

A 9 de fevereiro, iniciou-se um novo serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões, entre as estações de Leça do Balio e Porto Campanhã.

A partir de 5 de julho, foi reforçada a frequência dos comboios Alfa Pendular aos sábados e feriados no período da manhã para os percursos entre Lisboa e Porto (nos dois sentidos).

Em janeiro a estação de Coimbra A, encerrou definitivamente ao serviço ferroviário, passando a ligação a Coimbra B a ser feita por autocarro.

A partir do dia 17 de agosto, o comboio internacional Celta sofreu alterações, passando a proceder-se ao transbordo dos passageiros na fronteira.

Referência, por fim, para as greves ocorridas durante o ano de 2025, com particular incidência no segundo trimestre.

Comboios	2025	2024	2023	Δ 25-24	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	194 187	191 139	190 484	3 048	1,6%
Serv. Urbano Porto	87 530	83 689	78 596	3 841	4,6%
Serv. Urbano Coimbra	10 946	11 010	10 382	-64	-0,6%
Serv. Longo Curso	25 222	25 554	23 534	-332	-1,3%
Serv. Regional	97 741	102 876	93 200	-5 135	-5,0%
Serv. Internacional	1 397	1 416	1 359	-19	-1,3%
TOTAL	417 023	415 684	397 555	1 339	0,3%
Serv. OSP	408 023	406 588	389 704	1 435	0,4%
Serv. Não OSP	9 000	9 096	7 851	-96	-1,1%

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2025	2024	2023	Δ 25-24	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	6 178	6 217	6 050	-39	-0,6%
Serv. Urbano Porto	4 768	4 639	4 334	130	2,8%
Serv. Urbano Coimbra	454	477	450	-23	-4,9%
Serv. Longo Curso	7 650	7 593	6 942	57	0,8%
Serv. Regional	8 873	8 750	8 198	122	1,4%
Serv. Internacional	186	186	180	0	-0,2%
TOTAL	28 109	27 862	26 153	247	0,9%
Serv. OSP	24 833	24 567	23 325	266	1,1%
Serv. Não OSP	3 276	3 295	2 828	-19	-0,6%

Proveitos do Transporte de Passageiros

Os proveitos de tráfego ascenderam em 2025 a 282,8 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 0,9% face ao ano anterior.

Registaram-se crescimentos nos serviços Urbanos de Lisboa e Alfa Pendular, respetivamente, de 4,7% e 2,9%. Em contrapartida, os serviços Regional, Urbanos de Coimbra e Intercidades, apesar do aumento da procura, apresentaram decréscimos nos proveitos de tráfego, uma vez que a compensação da redução tarifária decorrente do Passe Ferroviário Verde é atribuída através de compensações financeiras no âmbito das Obrigações de Serviço Público, reconhecidas como subsídios à exploração.

Proveitos de Tráfego (*10 ³ €)	2025	2024	2023	Δ 25-24	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	116 428	111 236	98 362	5 191	4,7%
Serv. Urbano Porto	34 236	34 215	28 515	21	0,1%
Serv. Urb. Coimbra	1 285	1 301	1 141	-16	-1,2%
Serv. Longo Curso	98 224	98 389	88 228	-165	-0,2%
Serv. Regional	31 196	33 380	29 306	-2 184	-6,5%
Serv. Internacional	1 412	1 611	1 806	-199	-12,4%
TOTAL	282 781	280 133	247 358	2 648	0,9%
Serv. OSP	227 514	225 929	201 063	1 584	0,7%
Serv. Não OSP	55 267	54 203	46 295	1 064	2,0%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Atividade de Manutenção

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transportes, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, A.C.E., agrupamento complementar de empresas participado pela CP.

Durante o ano de 2025 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE, em 2020, com a entrada ao serviço, em 2025, de mais 6 unidades. No final de 2025 encontravam-se ao serviço 26 destas carruagens.

De referir ainda, a reposição ao serviço de uma Automotora elétrica 2240, uma Automotora *Diesel* 350 e de uma carruagem Sorefame.

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2025, ascendeu aos 21,4 milhões de euros, mais 4,4 milhões de euros (+25,7%) que no ano anterior. Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- VIAPORTO – manutenção da frota EUROTRAM e TRAMTRAIN da Metro do Porto;
- RENFE – manutenção das automotoras diesel da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal – manutenção do material de via;
- CRRC – manutenção da nova frota CT da Metro do Porto;
- Reparação de rotáveis para vários Clientes.

Investimentos

Em 2025 o valor de investimentos realizado ascendeu a 97,5 milhões de euros, dos quais 69% foram destinados à aquisição de material circulante e 20% à reparação de material circulante.

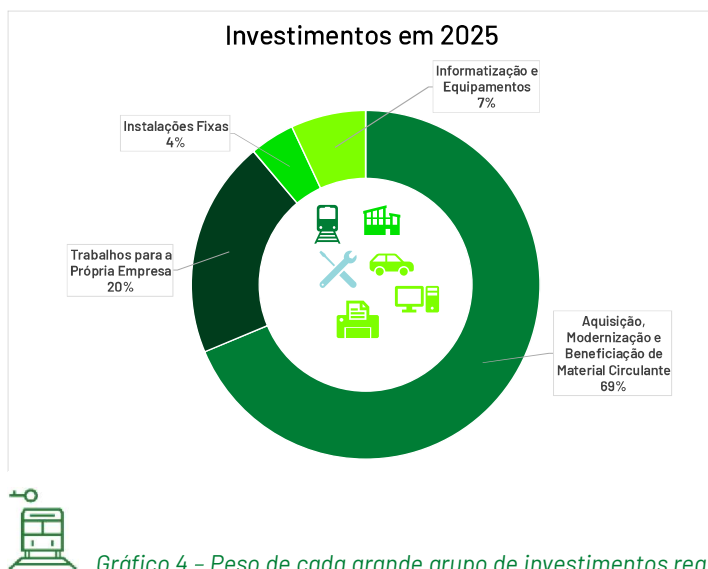


Gráfico 4 - Peso de cada grande grupo de investimentos realizados no período de relato.

No que se refere à aquisição de material circulante, o contrato relativo ao fornecimento de 12 automotoras bimodo e 10 automotoras elétricas para Serviço Regional prossegue com atrasos em relação ao previsto, devido a diversos constrangimentos que adiaram a entrega das primeiras unidades. Em dezembro de 2025, foi entregue a primeira automotora bimodo, para ensaios e homologação e efetuado o pagamento do quarto adiantamento, no valor de 16,8 milhões de euros.

O contrato para a aquisição de 117 automotoras destinadas aos Serviços Urbanos e Regionais foi celebrado em outubro de 2025, tendo sido efetuado o pagamento do primeiro adiantamento, no valor de 50,2 milhões de euros. Em março de 2026, este contrato foi reforçado com a assinatura de um adicional, através do qual foi ativada a opção de 36 automotoras adicionais e acordada a antecipação da entrega do material circulante.

Resultados Individuais da CP

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2025/2024	
	REAL		Valor	%
	2025	2024		
Vendas e serviços prestados	312 713	305 817	6 896	2%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	283 655	281 009	2 646	1%
Vendas e serviços prestados - Manutenção, reparação e aluguer de material circulante	21 381	17 014	4 367	26%
Vendas e serviços prestados - Outros	7 677	7 794	-117	-2%
Subsídios à exploração	111 163	105 186	5 977	6%
Variação nos inventários da produção	2 053	1 045	1 008	96%
Trabalhos para a própria entidade	19 676	16 018	3 658	23%
Outros rendimentos	23 886	25 452	-1 566	-6%
	469 491	453 518	15 973	4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-36 153	-33 691	-2 462	-7%
Fornecimentos e serviços externos	-173 035	-168 284	-4 751	-3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-191 596	-173 718	-17 878	-10%
Outros gastos	-8 938	-8 361	-577	-7%
	-409 722	-384 054	-25 668	-7%
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	59 769	69 464	-9 695	-14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-48 236	-50 697	2 461	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	710	1 405	-695	-49%
Indemnizações por rescisão	-160	-65	-95	-146%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	501	1 974	-1 473	-75%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 993	-1 819	-174	-10%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 385	-261	1 646	631%
Provisões (aumentos/reduções)	302	-3 350	3 652	109%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-28	461	-489	-106%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-469	728	-1 197	-164%
Outros rendimentos (não core)	106	7	99	1414%
Outros gastos (não core)	-89	-709	620	87%
Resultado operacional	11 798	17 138	-5 340	-31%
Juros e rendimentos similares obtidos	257	145	112	77%
Juros e gastos similares suportados	-7 718	-16 798	9 080	54%
Resultado financeiro	-7 461	-16 653	9 192	55%
Resultado antes de impostos	4 337	485	3 852	794%
Imposto sobre o rendimento do período	-182	1 444	-1 626	-113%
Resultado líquido do período	4 155	1 929	2 226	115%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

O *Resultado Líquido*, em 2025, ascendeu a 4,9 milhões de euros, mais cerca de 3 milhões de euros que o registado no ano anterior (1,8 milhões de euros).

O *Resultado Operacional*, situou-se nos 12,3 milhões de euros, o que representou uma variação desfavorável de cerca de 6,3 milhões de euros face ao registado em 2024, apesar do crescimento verificado nos proveitos de tráfego e nos rendimentos de serviços de manutenção prestados a terceiros e da variação positiva do valor de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

Os *Gastos Com Pessoal* (sem indemnizações), aumentaram cerca de 17,9 milhões de euros. Este incremento resulta do aumento do número de trabalhadores e das atualizações salariais implementadas neste ano, designadamente, da revisão das tabelas salariais, no montante de 12,5 milhões de euros, do aumento do valor diário do subsídio de refeição, no montante de 1,4 milhões de

euros e do aumento dos gastos decorrentes de promoções e progressões, conforme previsto nos Acordos de Empresa, em cerca de 2 milhões de euros.

Os gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* aumentaram cerca de 4,1 milhões de euros, destacando-se, em particular, a taxa de utilização da infraestrutura, que registou um acréscimo de cerca de 4,9 milhões de euros.

O *Resultado Financeiro* em 2025 foi negativo em 7,3 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior em cerca de 9,1 milhões de euros. Esta variação é explicada, essencialmente, pela diminuição da dívida remunerada no decurso do ano de 2024, com o consequente decréscimo dos encargos financeiros.



Sumário Executivo

Em 2025, o SIMEF manteve uma atividade operacional exigente, com especial incidência na manutenção pesada e na gestão rigorosa do planeamento e dos recursos.

Em termos de desempenho global, a organização manteve o foco no cumprimento dos níveis de serviço, privilegiando a disponibilidade da frota e a resposta atempada às necessidades dos Clientes.

O Resultado Líquido no exercício de 2025 ascendeu 1,3 milhões de euros, 27,4% melhor que o registado no ano anterior.

Atividade

Destaca-se a continuidade das intervenções de grande reparação (tipo R) na série LE4700 e a execução de trabalhos de elevada complexidade, com a implementação de diversas modificações técnicas nas séries LE5600 e LE4700, contribuindo para o reforço do *know-how* das equipas e a robustez do serviço prestado aos Clientes.

Em paralelo, deu-se continuidade aos trabalhos para o Metropolitano de Lisboa no âmbito da instalação do sistema CBTC, por subcontratação da Siemens Mobility, consolidando uma linha de atividade complementar e reforçando a versatilidade operacional do SIMEF.

Recursos Humanos

O SIMEF contava no final do ano de 2025 com um efetivo de 73 trabalhadores.

A formação teve especial enfoque nas competências técnicas, nas medidas de segurança ferroviária e na segurança e saúde no trabalho.

No plano social manteve-se a monitorização próxima dos indicadores de clima organizacional e de absentismo, com foco na prevenção, no bem-estar e na sustentabilidade das equipas.

Destaca-se ainda, a obtenção da marca histórica de 800 dias consecutivos sem acidentes de trabalho.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Vendas e serviços prestados	16 507	13 525	2 982	22,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 876	-1 943	-933	-48,0%
Fornecimentos e serviços externos	-9 003	-7 754	-1 249	-16,1%
Gastos com o pessoal	-3 047	-2 717	-330	-12,1%
Provisões (aumentos/reduções)	-196	-64	-132	-205,9%
Outros rendimentos e gastos	-17	-2	-15	-753,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 368	1 045	323	30,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-143	-95	-48	-50,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 226	950	276	29,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	31	36	-5	-14,5%
Resultado antes de impostos	1 256	986	270	27,4%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	s/s
Resultado líquido do período	1 256	986	270	27,4%

O Resultado Líquido no exercício ascendeu a 1,3 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 27,4% face ao ano anterior.

O acréscimo de 22% no volume de negócios compensou o aumento de gastos, nomeadamente dos fornecimentos e serviços externos e do consumo de materiais, decorrente do acréscimo de atividade.



Sumário Executivo

O ano de 2025 ficou marcado pela consolidação da atividade da FERNAVE, com uma trajetória de crescimento sustentado, refletida na evolução positiva dos principais indicadores operacionais e financeiros.

No plano internacional, desenvolveram-se projetos relevantes, designadamente em Angola, no âmbito da colaboração com a Lobito Atlantic Railway. Estas iniciativas, que envolveram ações de formação e apoio técnico especializado, contribuíram para reforçar a presença da FERNAVE em mercados externos.

O Resultado Líquido Individual atingiu o valor de 1,1 milhões de euros, registando um crescimento de 13,2% face ao ano anterior.

Atividade em 2025

A FERNAVE aumentou consideravelmente a sua atividade durante o ano de relato, tanto na Formação como nos Exames Psicológicos.

Indicadores de Atividade	2025	2024	Variação %
Ações de Formação (nº)	548	472	16,1%
Participantes (nº)	5 029	4 583	9,7%
Horas de Formação (nº)	24 556	20 808	18,0%
Exames Psicológicos (nº)	1 977	1 670	18,4%

A atividade desenvolvida para a CP, continuou a ser predominante, com particular enfoque no apoio prestado aos processos de recrutamento e formação inicial da empresa-mãe.

Dos restantes projetos realizados em 2025, destacam-se:

- Continuidade dos projetos de formação e consultoria, iniciados no final de 2024, para um cliente em Angola: Lobito Atlantic Railway. Este projeto envolveu um elevado número de recursos humanos, formadores e consultores, tanto quadros da FERNAVE, como externos;

- Continuidade da participação no grupo de trabalho SGI Europe – Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos (GT RH), onde se promove o *benchmarking*, nomeadamente entre as empresas do setor público nacional e onde se enquadram as empresas de transportes;
- Participação no Grupo de Trabalho “CP – FERNAVE”, para estudo e análise da aquisição de simuladores de condução, tendo sido lançado o concurso público para o efeito. Este projeto será uma mais-valia para a formação dos Maquinistas Ferroviários;
- Participação no “ANGOLA RAIL 2025: O transporte e a logística ferroviária como instrumento de planeamento e desenvolvimento sustentável de Angola”, a convite da ATECFA - Associação dos Técnicos Ferroviários de Angola;
- Participação no programa da visita da Delegação do Federal Ministry of Transportation e da Nigerian Railway à CP, tendo sido apresentada a atividade da empresa, com vista a futuras oportunidades de negócio.

Recursos Humanos

A FERNAVE contava, no final de 2025, com uma equipa de 10 Colaboradores.

Embora se trate de um efetivo reduzido, a FERNAVE recorre regularmente a um vasto leque de especialistas com experiência comprovada nas várias áreas de intervenção, seja na formação, na consultadoria ou na avaliação psicológica. Durante o ano de 2025, recorreu a cerca de 130 formadores / consultores externos

Proveitos

Em 2025 a FERNAVE registou um acréscimo do volume de negócios na ordem dos 11%, destacando-se o crescimento relativo registado pela atividade da consultadoria, em virtude sobretudo, da adjudicação de vários projetos estruturantes em Angola.

A CP representa cerca de 58% do volume de Negócios da FERNAVE. De referir que na área de consultadoria, a atividade é prestada exclusivamente a Clientes externos ao Grupo CP.

Relativamente ao peso de cada área de atividade na estrutura dos proveitos, a Formação representou em 2025 cerca de 90%, a Psicologia 7% e a Consultoria 3%.

Proveitos (Valores em euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Formação	2 355 708 €	2 177 137 €	178 571 €	8,2%
Psicologia	195 192 €	166 281 €	28 911 €	17,4%
Consultadoria	83 974 €	28 036 €	55 938 €	199,5%
TOTAL	2 634 874 €	2 371 454 €	263 420 €	11,1%

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em Milhares de Euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Vendas e serviços prestados	2635	2371	263	11,1%
Subsídio à exploração	0	0	0	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	-836	-822	-14	-1,7%
Gastos com o pessoal	-569	-479	-90	-18,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0	s/s
Imparidade de investimentos não depreciables(perdas/reversões)	-28	19	-47	-242,8%
Provisões (aumentos/reduções)	-65	0	-65	s/s
Outros rendimentos	245	143	102	71,8%
Outros gastos	-3	-1	-2	-126,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1378	1231	147	12,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-20	-20	0	1,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1358	1210	148	12,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	61	25	36	147,1%
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-380,0%
Resultado antes de impostos	1419	1235	184	14,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-277	-227	-50	-22,3%
Resultado líquido do período	1142	1008	134	13,2%

Em 2025 continuou a verificar-se a tendência dos últimos anos, com a melhoria dos indicadores, quer da atividade, quer financeiros.

Em 2025, a FERNAVE obteve um Resultado Líquido de 1,1 milhões de euros, 13,2% superior ao ano anterior e um Resultado Operacional de 1,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 12,2% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento da atividade, conforme analisado anteriormente.



Sumário Executivo

Num contexto económico exigente, que continua a ser marcado por uma elevada pressão sobre os custos operacionais e por constrangimentos ao nível da disponibilidade de pessoas qualificadas, a ECOSAÚDE manteve resultados positivos em todos os principais indicadores económicos e financeiros, assegurando a continuidade da sua atividade com equilíbrio e rigor.

O volume de negócios registou um crescimento nominal, atingindo os 2,9 milhões de euros, enquanto os resultados operacionais e líquidos permaneceram positivos, ainda que refletindo a compressão das margens, característica do setor.

Ao nível operacional, verificaram-se evoluções diferenciadas nas várias áreas de atividade, destacando-se o crescimento nas áreas de Prevenção e Controlo de Dependências e de Especialidades Médicas e de Enfermagem, a par de uma redução da atividade nas áreas tradicionais de Saúde e Segurança no Trabalho, que se espera que seja transitória. Esta realidade reforça a necessidade de ajustamento contínuo da oferta e de reforço da diversificação das fontes de receita.

Do ponto de vista financeiro, destaca-se a considerável redução do endividamento líquido e a manutenção de uma estrutura de capitais equilibrada, não obstante o aumento das necessidades de fundo de maneio e a pressão sobre a liquidez.

Atividade em 2025

A ECOSAÚDE registou em 2025 um incremento da sua atividade de “Especialidades Médicas e de Enfermagem”, que registou um aumento na ordem dos 133,4% face ao ano anterior.

Indicadores de Atividade (Unidades)	2025	2024	Variação %
Medicina do trabalho (atos médicos)	13 283	14 553	-8,7%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 562	1 728	-9,6%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 928	11 000	8,4%
Especialidades médicas e de enfermagem	7 085	3 035	133,4%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	549	543	1,1%
Formação - Volume de horas de formação	5 630	6 256	-10,0%
Formação - N.º de ações formação	50	55	-9,1%
Formação - N.º de formandos	457	508	-10,0%

Recursos Humanos

No final do ano de 2025 a ECOSAÚDE contava com 25 trabalhadores, tal como no final do ano anterior.

Proveitos

Os proveitos aumentaram 1,6% face ao ano anterior, destacando-se o acréscimo de 24,6% nos proveitos da atividade “Higiene e Segurança no Trabalho”. A acionista continua a ser o maior cliente da empresa.

Proveitos (Valores em Milhares de Euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Prevenção e controlo	248	248	0	0,1%
Medicina do trabalho	1389	1439	-50	-3,4%
Hig. e Segurança no trabalho	713	572	141	24,6%
Medicina curativa	309	343	-34	-9,9%
Medicina acidentes	152	160	-9	-5,4%
Formação	45	49	-5	-9,8%
TOTAL	2856	2812	44	1,6%

Resultados

No exercício de 2025 a ECOSAÚDE registou um volume de *Prestação de Serviços* de 2,9 milhões de Euros, um aumento nominal de 44 milhares de euros face ao ano anterior (+1,6%), refletindo o acréscimo de atividade, mas também a compressão das margens.

Um controlo rigoroso dos gastos operacionais permitiu manter os resultados positivos. O *EBITDA* ascendeu a 83 milhares de euros, o *Resultado Operacional* a 49 milhares de euros e o *Resultado Líquido* situou-se nos 30 milhares de euros.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Vendas e Prestações de Serviços	2 856	2 812	44	1,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 853	-1 887	35	1,8%
Gastos com o pessoal	-924	-839	-86	-10,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3	10	-8	-72,3%
Outros Rendimentos e Ganhos	38	33	5	13,6%
Outros Gastos e Perdas	-37	-42	5	11,8%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	83	88	-5	-5,7%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortizaçã	-34	-28	-6	-21,5%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	49	60	-11	-18,6%
Juros e Gastos Similares Suportados	-4	-10	5	53,9%
Resultado Antes de Impostos	44	50	-6	-11,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-15	-15	0	2,5%
Resultado Líquido do Período	30	35	-6	-15,9%



Sumário Executivo

No ano de 2025, a SAROS registou um acréscimo do volume de negócios de 22,3% face ao ano anterior. O *Resultado Líquido* atingiu os 483 milhares de euros, mais 30% que no ano anterior.

A estrutura operacional da empresa permaneceu eficiente e adequada à sua dimensão, com custos controlados e sem passivo financeiro. Não se verificaram necessidades de financiamento durante o ano de 2025, uma vez que se mantiveram os níveis de liquidez adequados para assegurar o normal desenvolvimento da sua atividade.

Atividade em 2025

Tendo presente a missão atribuída à empresa, que consiste na mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP, no decorrer do ano de 2025, a SAROS desenvolveu um conjunto de atividades, as quais se centraram essencialmente nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas na contratação de seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão das peças concursais (programas de concurso, cadernos de encargos e outros), prestando todos os esclarecimentos técnicos necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente e assessoria para esclarecimento de questões diversas sobre as apólices vigentes (coberturas / sinistros / indemnizações / entre outros);
- Gestão das apólices de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da SAROS não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções de produtos que melhor respondam às necessidades e especificidades das empresas.

Recursos Humanos

No ano de 2025 a atividade operacional foi assegurada apenas pela Gerência, não tendo a empresa outros trabalhadores ao seu serviço.

Proveitos

Em 2025, o volume de negócios da empresa registou um acréscimo de 22,3% face ao ano anterior.

No que se refere à distribuição das comissões auferidas por ramo de seguros, a “Saúde” e os “Acidentes de Trabalho” continuaram a ser os mais expressivos, representando, conjuntamente, 89% do total das comissões auferidas no ano de reporte.

Ramos (Valores em Milhares de Euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Acidentes de Trabalho	257	188	68	36,3%
Saúde	271	237	35	14,6%
Responsabilidade Civil	41	40	1	3,3%
Multiriscos	18	14	4	26,2%
Outros	6	6	0	-1,7%
TOTAL	593	485	108	22,3%

Resultados

No exercício de 2025 a SAROS obteve um *Resultado Líquido* de 483 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 30% face ao valor apurado no ano anterior.

Esta evolução é justificada, essencialmente, pelo acréscimo do volume de negócios, tal como referido no ponto anterior. Os *Outros Rendimentos*, que se referem aos excessos de estimativa de imposto reconhecidos numa base individual face aos apurados no âmbito dos resultados fiscais do Grupo CP, registaram uma variação positiva de 32 milhares de euros.

Os *Gastos com o Pessoal* registaram um acréscimo de cerca de 4 milhares de euros. Este aumento prendeu-se essencialmente com o facto de, com efeitos a 01/01/2025, ter deixado de ser aplicada a redução sobre a remuneração fixa mensal ilíquida, que resultava da aplicação do Art.º 12º da Lei nº 12-A/2010.

Em relação à rubrica *Outros Gastos*, a variação registada decorre do aumento do Imposto de Selo suportado, o qual corresponde a uma percentagem das comissões de mediação.

O *Resultado Financeiro* resulta da aplicação dos excedentes de tesouraria, realizados em exclusivo no IGCP, em CEDIC.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	2025	2024	Δ 25-24	Δ %
Vendas e serviços prestados	593	485	108	22,3%
Fornecimentos e serviços externos	-17	-18	1	3,0%
Gastos com o pessoal	-62	-58	-4	-6,7%
Outros rendimentos	86	54	32	59,1%
Outros gastos	-13	-10	-2	-20,2%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	587	453	134	29,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2	-3	0	16,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	585	450	135	30,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	7	13	-6	-48,3%
Resultado antes de impostos	592	463	129	27,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-109	-92	-17	-18,1%
Resultado líquido do período	483	371	112	30,1%

5.

Análise Económico- Financeira



Conta de Exploração

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2025/2024	
	REAL 2025	REAL 2024	Valor	%
Vendas e serviços prestados	312 713	305 817	6 896	2%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	282 781	281 009	1 772	1%
Vendas e serviços prestados - Manutenção, reparação e aluguer de material circulante	22 865	17 014	5 851	34%
Vendas e serviços prestados - Outros	7 067	7 794	-727	-9%
Subsídios à exploração	111 163	105 186	5 977	6%
Variação nos inventários da produção	2 053	1 045	1 008	96%
Trabalhos para a própria entidade	19 676	16 018	3 658	23%
Outros rendimentos	23 886	25 452	-1 566	-6%
	469 491	453 518	15 973	4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-36 153	-33 691	-2 462	-7%
Fornecimentos e serviços externos	-173 035	-168 284	-4 751	-3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-191 596	-173 718	-17 878	-10%
Outros gastos	-8 938	-8 361	-577	-7%
	-409 722	-384 054	-25 668	-7%
Resultado Operacional das atividades Core do Grupo (EBITDA) *	59 769	69 464	-9 695	-14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-48 236	-50 697	2 461	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	710	1 405	-695	-49%
Indemnizações por rescisão	-160	-65	-95	-146%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	501	1 974	-1 473	-75%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 993	-1 819	-174	-10%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 385	-261	1 646	631%
Provisões (aumentos/reduções)	302	-3 350	3 652	109%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-28	461	-489	-106%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-469	728	-1 197	-164%
Outros rendimentos (não core)	106	7	99	1414%
Outros gastos (não core)	-89	-709	620	87%
Resultado operacional	11 798	17 138	-5 340	-31%
Juros e rendimentos similares obtidos	257	145	112	77%
Juros e gastos similares suportados	-7 718	-16 798	9 080	54%
Resultado financeiro	-7 461	-16 653	9 192	55%
Resultado antes de impostos	4 337	485	3 852	794%
Imposto sobre o rendimento do período	-182	1 444	-1 626	-113%
Resultado líquido do período	4 155	1 929	2 226	115%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do Grupo.

Resultado Líquido

O *Resultado Líquido* do Grupo CP, em 2025, ascendeu a 4,2 milhões de euros, mais cerca de 2,2 milhões de euros que o registado no ano anterior (1,9 milhões de euros).

Resultado Operacional das Atividades Core do Grupo (EBITDA)

O *EBITDA* recorrente das atividades core do Grupo, foi, em 2025, de 59,8 milhões de euros, o que representou uma diminuição de cerca de 9,7 milhões de euros face ao ano anterior. As principais variações que contribuíram para esta evolução foram as seguintes:

- Acréscimo de 6,9 milhões de euros nas *Vendas e Serviços Prestados*, justificado designadamente pelo aumento dos rendimentos associados à prestação de serviços de manutenção e reparação (4,4 milhões de euros), com destaque para o serviço de manutenção prestado ao material circulante do Metro do Porto;
- Variação positiva de 6 milhões de euros nos *Subsídios à Exploração*. Por aplicação direta da fórmula de cálculo da compensação prevista no número 1 da Cláusula 5ª e de acordo com a metodologia definida no Anexo V do Contrato celebrado entre a CP e o Estado Português, o montante a receber pelas obrigações de serviço público prestadas em 2025 ascende a 111 milhões de euros;
- Variação positiva de 3,7 milhões de euros nos *Trabalhos para a Própria Entidade*;
- Diminuição dos *Outros Rendimentos (core)*, em cerca de 1,6 milhões de euros, de onde se destaca, na rubrica de *Rendimentos Suplementares*, uma descida de 1,1 milhões de euros, justificada essencialmente pela redução da faturação relacionada com transbordos rodoviários;
- Aumento do *Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas* em 2,5 milhões de euros face ao ano anterior, em função do acréscimo do valor das matérias-primas consumidas destinadas às atividades de manutenção e reparação;
- Aumento de cerca de 4,8 milhões de euros nos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, destacando-se, em particular, a taxa de utilização da infraestrutura, que registou um acréscimo de cerca de 4,9 milhões de euros, resultado combinado do aumento das tarifas e da oferta de comboios realizada;
- Aumento dos *Gastos Com Pessoal (sem indemnizações)*, em cerca de 17,9 milhões de euros. Este incremento resulta do aumento do número de trabalhadores e das atualizações salariais implementadas.

Resultado Operacional

O *Resultado Operacional* do Grupo CP, situou-se nos 11,8 milhões de euros, o que representou uma variação desfavorável de cerca de 5,3 milhões de euros face ao registado no ano anterior.

Esta evolução, para além das variações já mencionadas para o EBITDA, resulta das seguintes alterações:

- Variação positiva de 2,5 milhões de euros nos *Gastos / Reversões de Depreciações e Amortizações*, em resultado do volume do material circulante que ficou totalmente depreciado em 2025, ser superior às depreciações relativas a novos investimentos;
- Variação positiva de 1,6 milhões de euros na *Imparidade de Dívidas a Receber*, justificada em grande medida pelas reversões resultantes dos acordos de pagamentos efetuados com o Metropolitano de Lisboa e a Fundação Museu Nacional Ferroviário;

- Variação positiva das *Provisões* no montante de aproximadamente 3,7 milhões de euros, devido à redução de *Outras Provisões* em cerca de 1,8 milhões de euros, em função do acordo relativo à manutenção das frotas de material circulante da Metro do Porto;
- Variação negativa nas *Diferenças de Câmbio* em 1,2 milhões de euros, respeitante às ações subscritas e não realizadas relativas à participação financeira na Eurofima;
- Variação positiva dos *Outros Gastos (Não Core)*, em 620 mil euros, em resultado do abate e alienação em 2024, de ativos detidos para venda, de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação.

Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2025 foi negativo em 7,5 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior em cerca de 9,2 milhões de euros.

Esta variação é explicada, essencialmente, pela diminuição da dívida remunerada, com o consequente decréscimo dos encargos financeiros.

Recorda-se que o Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, determinou a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do Capital Estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 8,4 milhões de euros.

Em março de 2024, foi concretizada nova operação de recompra de obrigações da CP, com um valor total de 57,4 milhões de euros, correspondente à amortização de dívida no valor de 50,2 milhões de euros e ao pagamento de 7,2 milhões de euros de encargos.

Em julho de 2024, procedeu-se à amortização da totalidade do empréstimo de 50 milhões de euros junto da EUROFIMA.

Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2025/2024	
	31-12-2025	31-12-2024	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	410 827	363 087	47 740	13%
Ativo Corrente	247 837	304 571	-56 734	-19%
Total do Ativo	658 664	667 658	-8 994	-1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	233 131	228 970	4 161	2%
Resultado Líquido do período	4 155	1 929	2 226	115%
Total do Capital Próprio	233 131	228 970	4 161	2%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	124 520	125 251	-731	-1%
Passivo Corrente	301 013	313 437	-12 424	-4%
Total do Passivo	425 533	438 688	-13 155	-3%
Total do Capital Próprio + Passivo	658 664	667 658	-8 994	-1%

Ativo

Em 2025 o Ativo do Grupo CP diminuiu em cerca de 9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Aumento dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em 51,4 milhões de euros, em resultado dos adiantamentos efetuados ao abrigo dos contratos de aquisição de novo material circulante;
- Diminuição do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários* em 53,5 milhões de euros;
- Diminuição de *Outros Créditos a Receber* em 20,9 milhões de euros, destacando-se a variação da rubrica de *Devedores Por Acréscimos de Rendimentos*, em resultado da anulação dos *Acréscimos de Rendimentos* associados à compensação pelas Obrigações de Serviço Público (OSP) prestadas pela CP nos anos de 2021, 2022 e 2024, efetivamente faturados no decorrer de 2025;
- Aumento da rubrica *Clientes* em 12,9 milhões de euros. De realçar os acordos de pagamento efetuados com algumas entidades, que permitiram a redução de *Imparidades* no montante de cerca de 2 milhões de euros;
- Diminuição da rubrica de *Participações Financeiras Registadas Através do Método de Equivalência Patrimonial*, em 3,5 milhões de euros, em resultado da alienação da NOMAD Tech e da liquidação do TIP;
- Aumento do saldo de *Diferimentos*, em cerca de 2 milhões de euros.

Capital Próprio

As variações registadas no *Capital Próprio* do Grupo resultaram dos seguintes movimentos:

- Reforço da *Reserva Legal* no montante de 92 170,22 euros, decorrente da proposta de aplicação de resultados da CP do exercício de 2024, aprovada pelo Conselho de Administração, a qual aguarda aprovação formal por parte do acionista;
- Transferência para *Resultados Transitados*, no valor de 1 836 930,78 euros, do *Resultado Líquido* de 2024 deduzido do montante do reforço da *Reserva Legal*.

Passivo

O *Passivo* do Grupo CP registou em 2025 uma diminuição de cerca de 13,2 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição de 8,3 milhões de euros no saldo de *Outras Dívidas a Pagar*, tendo as variações mais relevantes ocorrido nas seguintes rubricas:
 - *Outros Credores*, com uma redução de 12,9 milhões de euros, em função, essencialmente, da faturação do acerto das compensações financeiras de 2024 associadas ao contrato de serviço público da CP, ainda por receber em 2025 (13,9 milhões de euros);
 - *Credores por Acréscimo de Gastos*, com um aumento de 5,4 milhões de euros, em resultado do acerto da estimativa de férias e subsídio de férias, decorrente das atualizações salariais e do aumento dos gastos com fornecimentos diversos;
- Diminuição de 2 milhões de euros no saldo de *Fornecedores*, destacando-se, em particular, a diminuição decorrente do pagamento em 2025, de faturas relativas a consumos de eletricidade para tração ocorridos em 2024.

Dívida Financeira

No final de dezembro de 2025 a dívida financeira do Grupo era unicamente constituída pelo empréstimo obrigacionista, no valor de 103,9 milhões de euros. A totalidade da dívida está classificada como *médio e longo prazo*.

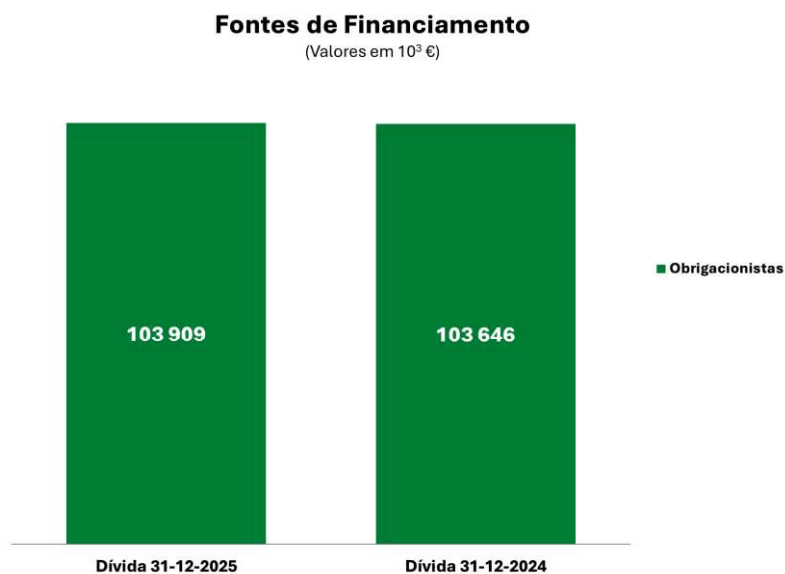


Gráfico 5 - Financiamentos obtidos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centralizando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

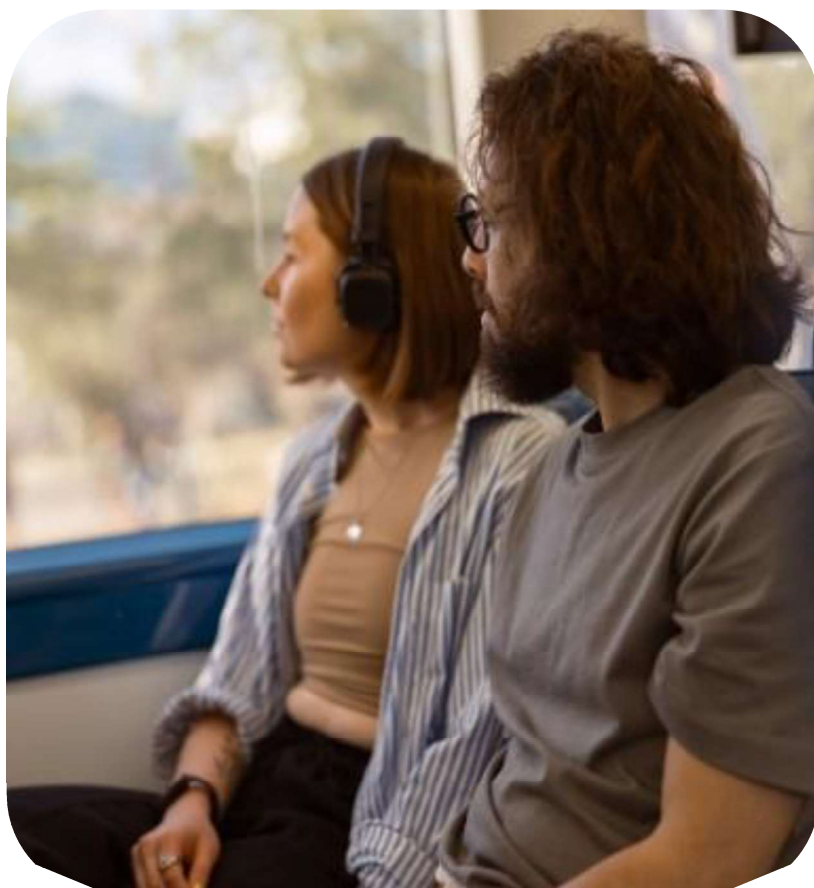
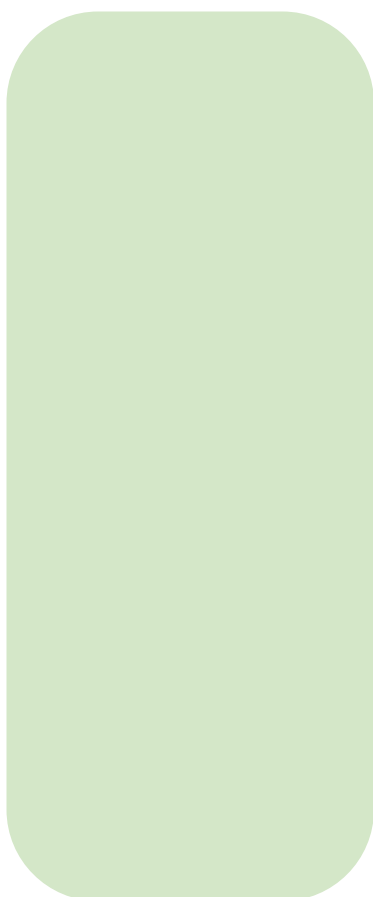
Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para os serviços de recolha, transporte e contagem de valores, para recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, decorrente da impossibilidade do IGCP fornecer este serviço,

empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de Empresas Participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.

6.

Perspetivas para 2026





COMBOIOS DE PORTUGAL

Prevê-se que a CP mantenha ao longo de 2026, uma situação financeira equilibrada e sustentável.

Num cenário de crescimento moderado da atividade económica, a procura será impulsionada pelo reforço da utilização do Passe Ferroviário Verde (PFV) e pela reformulação de modelos produtivos, na sequência das intervenções na infraestrutura.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para o Serviço Regional, perspetivando-se o recebimento definitivo das primeiras unidades no final de 2026.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, a CP assinou um aditamento ao contrato inicial para fornecimento de 117 automotoras para os Serviços Urbanos e Regional, considerando a aquisição de 36 unidades adicionais e a aceleração das entregas.

Em 20 de maio de 2026 a CP procedeu ao lançamento do concurso para a aquisição da sua primeira frota de comboios de Alta Velocidade.

No domínio dos recursos humanos, perspetiva-se a realização dos recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte ferroviário de passageiros e a manutenção do material circulante, bem como para impulsionar a transformação digital, com vista à otimização de recursos, ao aumento da produtividade e ao reforço da eficiência.

Neste âmbito, realça-se o lançamento, em 2025, do programa de *trainees* - CP TrainUP!, cuja integração se prevê para 2026, constituindo uma iniciativa essencial para a renovação geracional e para o fortalecimento do *know-how* técnico e tecnológico especializado da CP.

Em 2026, a CP prosseguirá igualmente num programa estruturante de Transformação Digital e Inovação Operacional, com o objetivo de reforçar a eficiência, a integração e a capacidade de resposta da empresa face às exigências de um setor ferroviário em rápida evolução tecnológica e organizacional.

No centro desta transformação está o desenvolvimento dos novos Sistemas Operacionais da CP, garantindo uma gestão sistematizada, informatizada e centralizada, que dotará a empresa de maior capacidade para otimizar recursos, reduzir custos operacionais e responder com agilidade e precisão às necessidades do mercado.

Em paralelo, avançará a reformulação e digitalização dos seus Centros Operacionais, a consolidação da plataforma CP Tempo Real e a adoção de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) como ferramentas de apoio à produtividade, inovação e tomada de decisão.

Estes projetos, complementados pela automação administrativa, gestão documental inteligente e pelo reforço das políticas de segurança da informação, visam garantir um ecossistema digital robusto, seguro e preparado para os desafios futuros da operação ferroviária.



Prevê-se que o SIMEF mantenha em 2026 uma atividade operacional intensa, particularmente na manutenção pesada, com a execução de 8 grandes reparações do tipo R e a conclusão dos serviços de reparação da locomotiva LE5613.

A manutenção ligeira deverá manter-se alinhada com a realizada no último exercício - cerca de 15% acima da referência contratual no caso do Cliente CP e aproximadamente 5% abaixo no caso do Cliente Medway.

Prevê-se igualmente a continuidade de trabalhos com outros Clientes, designadamente a instalação do sistema CBTC em unidades do Metropolitano de Lisboa, no âmbito da subcontratação pela Agrupada Siemens.

No eixo de Inovação e Desenvolvimento, prevê-se a integração de iniciativas de Inteligência Artificial para otimização de processos de suporte à decisão, bem com a transferência de *know-how* com a Siemens para intervenções em *bogies* da série LE5600 e a participação ativa em eventos do setor ferroviário.

A área de Qualidade, Segurança e Ambiente prosseguirá as ações no âmbito da normalização e da rastreabilidade dos processos, com o objetivo de alcançar 1 000 dias sem acidentes de trabalho, concluir a certificação ISO 14001 (2ª fase em abril de 2026) e aprofundar soluções digitais.



As perspetivas económicas para o setor do transporte ferroviário em Portugal são otimistas, com um crescimento significativo esperado até 2035. Este crescimento é impulsionado por avanços na eletrificação, em sistemas de automação e em abordagens de transporte sustentáveis.

A FERNAVE continuará a apostar no reforço da qualidade dos seus serviços, na valorização permanente do conhecimento e no desenvolvimento de soluções que contribuam para o aumento da segurança, da eficiência e da qualificação profissional no setor da mobilidade e dos transportes.



A atuação da Empresa no curto prazo deverá centrar-se em três eixos prioritários. Em primeiro lugar, o reforço da capacidade técnica e a valorização dos recursos humanos, através da captação e retenção de profissionais qualificados, bem como do investimento contínuo na sua formação. Em segundo lugar, a modernização dos meios tecnológicos e equipamentos, assegurando ganhos de eficiência e melhoria da qualidade do serviço prestado. Por último, o desenvolvimento comercial orientado para a diversificação da base de clientes e para o estabelecimento de parcerias estratégicas, reduzindo a dependência de setores específicos.

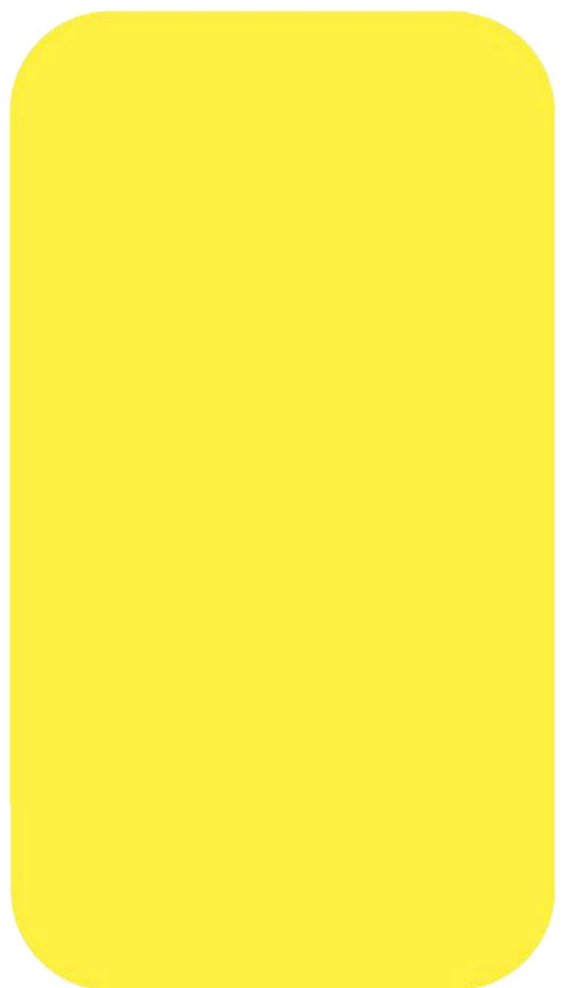
A sustentabilidade económica e financeira da Empresa continuará a ser um objetivo central da gestão. Num setor intensivo em capital humano e sujeito a fortes exigências regulamentares, a ECOSAÚDE manterá o seu posicionamento em segmentos de maior valor acrescentado, sustentado na qualidade, na especialização e no reconhecimento do seu *know-how*, em particular no setor dos transportes, sem prejuízo da expansão para outras áreas de atividade.



O objetivo global definido pela SAROS para 2026 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a empresa poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

7.

Recomendações do Acionista



As Contas de 2016 a 2021 foram aprovadas pelas Tutelas Financeira e Sectorial em 25 de março de 2024, sem recomendações.

As Contas de 2022, 2023 e 2024 aguardam aprovação pela Tutela.

8.

Factos Relevantes Após o Termo do Exercício



Até à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificados acontecimentos subsequentes que proporcionem evidência de condições existentes à data do balanço e que requeiram ajustamento às quantias reconhecidas.

Não obstante, foram identificados acontecimentos subsequentes que, não dando lugar a ajustamentos, são considerados relevantes para efeitos de divulgação, destacando-se os seguintes:

- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2026, de 5 de fevereiro, foi autorizada a reprogramação dos encargos plurianuais relativos ao Plano de Investimento em Material Circulante Ferroviário para a CP — Comboios de Portugal, E. P. E., incluindo a aceleração das entregas de material circulante e o exercício do direito de opção de 36 automotoras;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2026, de 9 de fevereiro, foi autorizada a despesa relativa à aquisição de 12 unidades automotoras de alta velocidade e respetivas peças de parque e ferramentas especiais e à modernização e equipagem do centro oficial de Contumil, da Comboios de Portugal, E. P. E.;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, foi alterada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021, de 27 de julho, procedendo ao ajustamento das fontes de financiamento, tendo em consideração o aumento de fundos europeus a alocar aos projetos de aquisição de material circulante;
- Por Despacho 134/2026/SEO, de 6 de março, e atento o despacho nº202/2026/SETF, foi efetuada a transferência de capital, no montante de 64.264.394,21€, correspondente à componente de financiamento por OE prevista na Resolução do Conselho de Ministros nº47-B/2026, de 3 de março;
- Por Despacho nº 5/SEMOB/2026, de 6 de março, e atentos os despachos nº203/2026/SETF e nº135/2026/SEO, foi autorizada a concessão de um empréstimo de curto prazo à CP pela ETF, no montante de 144.234.855,75€, que constituiu um adiantamento, por conta de receitas futuras, que permita assegurar a liquidez imediata para os pagamentos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, para o ano de 2026, relativos à aquisição de 153 automotoras que se destinam a assegurar o serviço urbano e regional de transporte ferroviário de passageiros;
- A CP submeteu junto do Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), a candidatura para a aquisição de 55 Unidades Múltiplas Elétricas (UME) para os Serviços Regionais, em 31 março de 2026. De referir que já se encontrava aprovada a candidatura relativa às 62 automotoras para serviço urbano do contrato base.
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE - Instituto Nacional de Estatística informa que a CP a partir de 2026 passa a integrar o setor das Sociedades Não Financeiras Públicas. Afasta-se do Perímetro Orçamental do Estado e passa a ser classificada como Entidade de Mercado para efeitos estatísticos.

Não temos conhecimento de qualquer situação que deva ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

9.

Assinaturas do Conselho de Administração



Lisboa, 18 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

PEDRO MIGUEL
SOUSA PEREIRA
GUEDES MOREIRA

Assinado de forma digital por
PEDRO MIGUEL SOUSA
PEREIRA GUEDES MOREIRA
Dados: 2026.06.18 17:26:07
+01'00'

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do Nascimento

SARA MARIA
PEREIRA DO
NASCIMENTO

Assinado de forma
digital por SARA MARIA
PEREIRA DO
NASCIMENTO
Dados: 2026.06.18
18:51:05 +01'00'

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Assinado por: Ana Maria Vicente da Silva Horta
Num. de Identificação: BI10032428
Data: 18-06-2026 18:40:56 +00:00



Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

ANA FILIPA
MENDES
MARTINS
PINTADO RIBEIRO

Assinado de forma
digital por ANA FILIPA
MENDES MARTINS
PINTADO RIBEIRO
Dados: 2026.06.18
19:24:33 +01'00'

Vogal: João António Gomes Claro

JOAO
ANTONIO
GOMES CLARO

Assinado de forma
digital por JOAO
ANTONIO GOMES
CLARO
Dados: 2026.06.18
19:00:59 +01'00'

10.

Demonstrações Financeiras



Mais lugares para mais magia no Natal.

Lisboa

Linha de Sintra aos fins-de-semana
até 4 de janeiro de 2026.

Porto

Linhas de Braga, Guimarães,
Marco e Aveiro aos fins-de-semana
e feriados de 29 de novembro a 27
de dezembro (exceto 25 de dezembro).

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2025		Valores em Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-25	31-dez-24
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	372 028 733	320 677 868
Ativos Intangíveis	7	1 421 594	1 294 147
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	8 413 637	8 845 598
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	640 782	4 160 748
Outros investimentos financeiros	10	28 081 251	28 109 098
Créditos a receber	15	240 581	-
		410 826 578	363 087 459
Ativo Corrente			
Inventários	12	46 758 574	43 725 789
Clientes	13	22 094 801	9 178 109
Estado e Outros Entes Públicos	14	7 162 855	7 465 808
Outros créditos a receber	15	61 391 406	82 291 177
Diferimentos	16	3 289 077	1 264 382
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 016 478	2 016 478
Caixa e depósitos bancários	4	105 123 874	158 629 534
		247 837 065	304 571 277
Total do ativo		658 663 643	667 658 736
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	18	212 635 680	212 635 680
Reservas Legais	19	294 467	202 297
Outras Reservas	20	1 306 650	1 306 650
Resultados Transitados	21	14 606 194	12 763 134
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	22	132 640	132 640
Resultado Líquido do período		4 155 150	1 929 101
Total Capital Próprio		233 130 781	228 969 502
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	23	12 801 520	13 827 887
Financiamentos Obtidos	24	103 908 934	103 646 380
Passivos de locação (IFRS 16)	8	7 809 342	7 776 937
		124 519 796	125 251 204
Passivo Corrente			
Fornecedores	26	8 048 160	10 040 324
Estado e Outros Entes Públicos	14	435 688	590 094
Passivos de locação (IFRS 16)	8	1 121 332	1 545 655
Outras dívidas a pagar	25	132 784 781	141 119 807
Diferimentos	16	158 623 105	160 142 150
		301 013 066	313 438 030
Total do passivo		425 532 862	438 689 234
Total do capital próprio e do passivo		658 663 643	667 658 736

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira
Guedes Moreira

Documento Assinado Digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do
Nascimento

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado
Ribeiro

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento Assinado Digitalmente

Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Documento Assinado Digitalmente

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral**Período findo em 31 de dezembro de 2025****Valores em Euros**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	27	312 712 495	305 817 590
Subsídios à exploração	28	111 163 128	105 186 296
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	500 938	1 973 594
Variação nos inventários da produção	30	2 052 642	1 044 758
Trabalhos para a própria entidade	31	19 676 251	16 017 662
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(36 153 430)	(33 691 006)
Fornecimentos e serviços externos	33	(173 033 994)	(168 283 770)
Gastos com o pessoal	34	(191 755 523)	(173 783 041)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(1 993 482)	(1 818 890)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13/15	1 385 323	(261 434)
Provisões (aumentos/reduções)	23	301 866	(3 349 997)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	35	(27 847)	460 684
Outros rendimentos	36	25 301 045	28 614 165
Outros gastos	37	(10 804 448)	(11 496 317)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59 324 964	66 430 294
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	(48 236 255)	(50 697 191)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	39	709 769	1 404 722
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 798 478	17 137 825
Juros e rendimentos similares obtidos	40	256 540	144 950
Juros e gastos similares suportados	8/41	(7 717 806)	(16 798 006)
Resultado antes de impostos		4 337 212	484 769
Imposto sobre o rendimento do período	11	(182 062)	1 444 332
Resultados Líquido do Período		4 155 150	1 929 101
Outras operações no capital		6 129	281 780
Resultado integral do período		4 161 279	2 210 881

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração**Presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira
Guedes Moreira

Documento Assinado Digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do
Nascimento

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado
Ribeiro

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento Assinado Digitalmente

Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Documento Assinado Digitalmente

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2024											(valores em euros)	
DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									
			Capital	Reservas legais	Outras reservas	Realizações transmitidas (Reapresento)	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio (Reapresento)	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	18 a 22	Posição no início do período de 2024	212 635 680	24 703	1 306 660	9 327 920	-	132 640	3 331 028	228 758 621	-	228 758 621
		Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	19/21	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	177 594	-	3 435 214	-	-	(3 331 028)	281 760	-	281 760
2			-	177 594	-	3 435 214	-	-	(3 331 028)	281 760	-	281 760
3		Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	1 929 101	1 929 101	-	1 929 101
4 = 2 + 3		Resultado Integral	-	-	-	3 435 214	-	-	(1 401 927)	2 210 881	-	2 210 881
		Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Realizações de prêmios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 = 1+2-3+5		Posição no fim do período de 2024	212 635 680	202 297	1 306 660	12 763 134	-	132 640	1 929 101	228 988 502	-	228 988 502
Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.												

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Guedes Moreira

Documento Assinado Digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do Nascimento

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento Assinado Digitalmente

Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Documento Assinado Digitalmente

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2025			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								(valores em euros)	
DESCRIÇÃO	NOTAS								Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio					
Posição no início do período de 2025	1	18 a 22	212 835 680	202 287	1 306 850	12 763 134	-	132 840	1 929 101	228 989 502		228 989 502
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Alterações de políticas contabilísticas	5		-	-	-	-	-	-	-	-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19/21		-	92 170	-	1843 060	-	-	(1 929 101)	6 129		6 129
Resultado líquido do período	2		-	92 170	-	1843 060	-	-	(1 929 101)	6 129		6 129
Resultado integral	3		-	-	-	-	-	-	4 155 150	4 155 150		4 155 150
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3		-	92 170	-	1843 060	-	-	2 226 049	4 161 279		4 161 279
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Realizações de prêmios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-		-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-		-
	5		-	-	-	-	-	-	-	-		-
Posição no fim do período de 2025	6 = 1+2+3+5		212 835 680	294 467	1 306 850	14 606 194	-	132 840	4 155 150	233 130 781		233 130 781
Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.												

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira
Guedes Moreira

Documento Assinado Digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do
Nascimento

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado
Ribeiro

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento Assinado Digitalmente

Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Documento Assinado Digitalmente

Demonstração consolidada de fluxos de caixa**Período findo em 31 de dezembro de 2025****(valores em euros)**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-dez-25	31-dez-24
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	457 727 115	410 505 313
Pagamentos a fornecedores	(262 579 926)	(254 952 414)
Pagamentos ao pessoal	(184 725 344)	(165 873 680)
Caixa gerada pelas operações	10 421 845	(10 320 781)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	91 347	(929 287)
Outros recebimentos/pagamentos	12 186 038	22 147 607
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	22 699 230	10 897 539
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(80 376 090)	(11 131 563)
Ativos intangíveis	(85 834)	(15 647)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	65 217	-
Investimentos financeiros	2 662 782	-
Subsídios ao investimento	6 575 649	31 449 247
Juros e rendimentos similares	170 877	44 536
Dividendos	852 366	2 584 300
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(70 135 033)	22 930 873
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	126 307 573
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	(100 200 000)
Juros e gastos similares	(6 070 140)	(18 237 048)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(6 070 140)	7 870 525
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(53 505 943)	41 698 937
Efeito das diferenças de câmbio	283	33
Caixa e seus equivalentes no início do período	158 629 534	116 930 564
Caixa e seus equivalentes no fim do período	105 123 874	158 629 534

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração**Presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira
Guedes Moreira

Documento Assinado Digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do
Nascimento

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado
Ribeiro

Documento Assinado Digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento Assinado Digitalmente

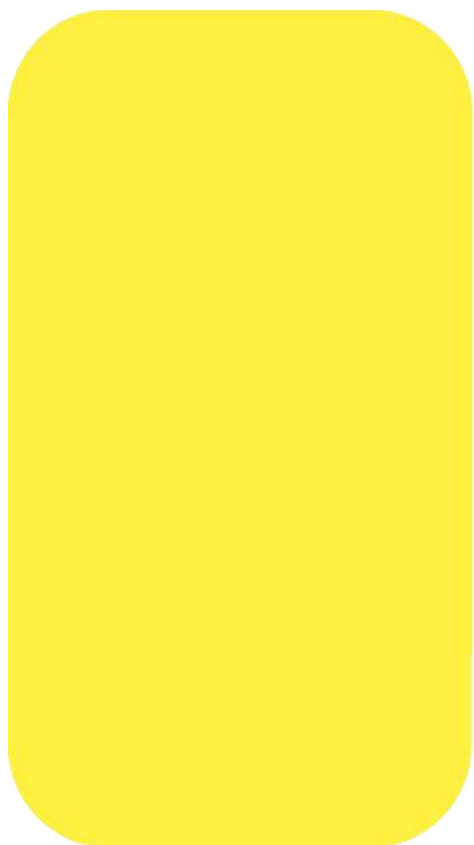
Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Documento Assinado Digitalmente

11.

Anexos às Demonstrações Financeiras



Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro², embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- A prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- O fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) — Operadores Ferroviários, S.A.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2025, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

² A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

A CP como Entidade Pública Empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro 2022, 2023 e 2024, aguardam nesta data a aprovação pela Tutela.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2025.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de junho de 2026, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2025 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores Comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre exercícios.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de Valor, Principais Pressupostos Relativos ao Futuro, e Principais Fontes de Incerteza das Estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela EU emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2025. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Grupo e a Empresa

Considerações Gerais

Ao longo do ano 2025 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas Participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2025 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

Entidades Conjuntamente Controladas

SIMEF, A.C.E.

Participação CP – 51%

Capital – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Outras Participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 6,92%

Capital – 222.550.000 meticaís

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP – 0,005%

Capital – 639.270.452 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital - 2.650.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP – 1,37%

Capital – 109.500 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

CCF – Associação Centro de Competências Ferroviário

Participação – 35,34%

Capital – 11.320.000 euros

A associação sem fins lucrativos e que tem como objeto a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&DI) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas, com vista ao aumento da capacidade de I&DI e consequente aumento do emprego qualificado, melhoria da competitividade e crescimento do volume de negócios e das exportações das entidades envolvidas.

Método de Consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

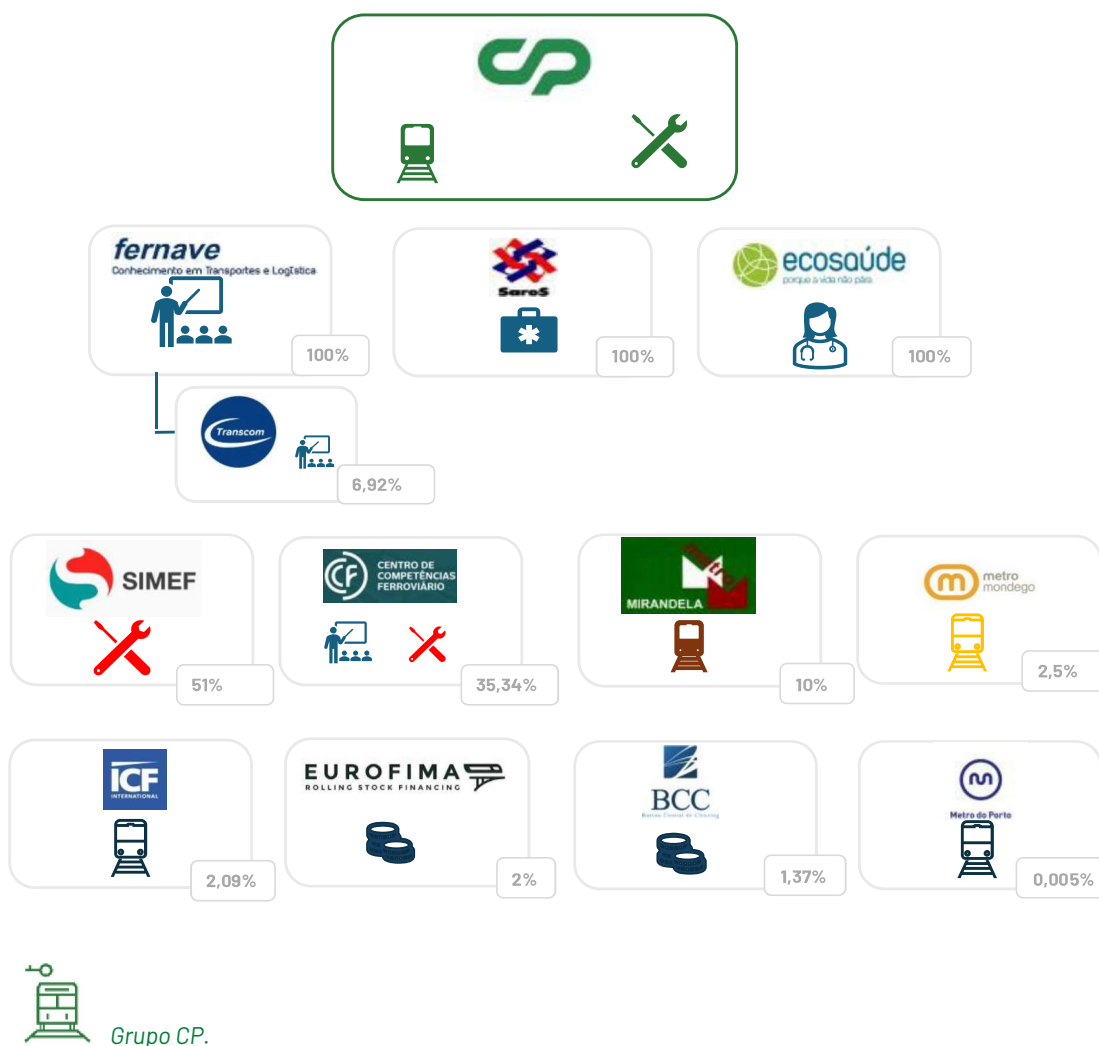
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

Perímetro de Consolidação



Empresas Incluídas na Consolidação pelo Método de Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2025, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

Empresas Associadas Contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

A empresa incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, sua sede e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
SIMEF, ACE	Entroncamento	CP, E.P.E.	51%

Outras Participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS o Grupo CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

O reconhecimento destes ativos nas demonstrações financeiras baseia-se no facto do Grupo CP deter o controlo económico dos mesmos, designadamente a capacidade de os utilizar na sua atividade operacional e de obter os benefícios económicos associados, ainda que a respetiva propriedade jurídica permaneça na esfera do Estado.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de Manutenção e Reparação

Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e

- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e Instalações Fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são classificados como Rendimentos diferidos e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados.

Os subsídios que compensam o Grupo por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que os gastos e perdas são reconhecidos.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos (e sempre após submissão da informação para o Gestor do Contrato), exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação, ou o seu efetivo recebimento, situação em que, apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a validação do gestor do contrato e publicação de diploma que autoriza a realização da despesa.

Estas compensações financeiras são saldadas através de pagamentos por conta realizados mensalmente (em duodécimos), com base no valor previsto no respetivo diploma de autorização de despesa. A diferença entre os montantes recebidos e o valor final apurado é reconhecida na demonstração dos resultados no período a que respeita, sendo posteriormente objeto de regularização financeira subsequente entre as partes.

Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de Imparidade nos Restantes Ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

O Grupo aplica os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, previstos na IFRS 16 – Locações, procedendo do seguinte modo:

Identificação de Locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e

- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“*trade date*”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração Subsequente dos Ativos/Passivos Financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IFRS 9: Instrumentos Financeiros.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IFRS 9.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo

justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá ser mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos

acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e Trabalhos em Curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos Acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em Moeda Estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As taxas de câmbio em vigor, correspondem às divulgadas para a mesma data no *site* do Banco Portugal (<https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>).

Reconhecimento do Rédito

Transporte de Passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do crédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes Áreas de Atividade

O crédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O crédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de crédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O crédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como crédito de juros.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado;
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto Sobre Lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados do Grupo CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
 - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 18 de junho de 2026, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do crédito - no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;

- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

CP

Prevê-se que a CP mantenha ao longo de 2026, uma situação financeira equilibrada e sustentável.

Num cenário de crescimento moderado da atividade económica, a procura será impulsionada pelo reforço da utilização do Passe Ferroviário Verde (PFV) e pela reformulação de modelos produtivos, na sequência das intervenções na infraestrutura.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para o Serviço Regional, perspetivando-se o recebimento definitivo das primeiras unidades no final de 2026.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, a CP assinou um aditamento ao contrato inicial para fornecimento de 117 automotoras para os Serviços Urbanos e Regional, considerando a aquisição de 36 unidades adicionais e a aceleração das entregas.

Em 20 de maio de 2026 a CP procedeu ao lançamento do concurso para a aquisição da sua primeira frota de comboios de Alta Velocidade.

No domínio dos recursos humanos, perspetiva-se a realização dos recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte ferroviário de passageiros e a manutenção do material circulante, bem como para impulsionar a transformação digital, com vista à otimização de recursos, ao aumento da produtividade e ao reforço da eficiência.

Neste âmbito, realça-se o lançamento, em 2025, do programa de trainees - CP TrainUP!, cuja integração se prevê para 2026, constituindo uma iniciativa essencial para a renovação geracional e para o fortalecimento do know-how técnico e tecnológico especializado da CP.

Em 2026, a CP prosseguirá igualmente num programa estruturante de Transformação Digital e Inovação Operacional, com o objetivo de reforçar a eficiência, a integração e a capacidade de resposta da empresa face às exigências de um setor ferroviário em rápida evolução tecnológica e organizacional.

No centro desta transformação está o desenvolvimento dos novos Sistemas Operacionais da CP, garantindo uma gestão sistematizada, informatizada e centralizada, que dotará a empresa de maior capacidade para otimizar recursos, reduzir custos operacionais e responder com agilidade e precisão às necessidades do mercado.

Em paralelo, avançará a reformulação e digitalização dos seus Centros Operacionais, a consolidação da plataforma CP Tempo Real e a adoção de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) como ferramentas de apoio à produtividade, inovação e tomada de decisão.

Estes projetos, complementados pela automação administrativa, gestão documental inteligente e pelo reforço das políticas de segurança da informação, visam garantir um ecossistema digital robusto, seguro e preparado para os desafios futuros da operação ferroviária.

SIMEF

Prevê-se que o SIMEF mantenha em 2026 uma atividade operacional intensa, particularmente na manutenção pesada, com a execução de 8 grandes reparações do tipo R e a conclusão dos serviços de reparação da locomotiva LE5613.

A manutenção ligeira deverá manter-se alinhada com a realizada no último exercício - cerca de 15% acima da referência contratual no caso do Cliente CP e aproximadamente 5% abaixo no caso do Cliente Medway.

Prevê-se igualmente a continuidade de trabalhos com outros Clientes, designadamente a instalação do sistema CBTC em unidades do Metropolitano de Lisboa, no âmbito da subcontratação pela Agrupada Siemens.

No eixo de Inovação e Desenvolvimento, prevê-se a integração de iniciativas de Inteligência Artificial para otimização de processos de suporte à decisão, bem com a transferência de know-how com a Siemens para intervenções em bogies da série LE5600 e a participação ativa em eventos do setor ferroviário.

A área de Qualidade, Segurança e Ambiente prosseguirá as ações no âmbito da normalização e da rastreabilidade dos processos, com o objetivo de alcançar 1 000 dias sem acidentes de trabalho, concluir a certificação ISO 14001 (2ª fase em abril de 2026) e aprofundar soluções digitais.

FERNAVE

As perspetivas económicas para o setor do transporte ferroviário em Portugal são otimistas, com um crescimento significativo esperado até 2035. Este crescimento é impulsionado por avanços na eletrificação, em sistemas de automação e em abordagens de transporte sustentáveis.

A FERNAVE continuará a apostar no reforço da qualidade dos seus serviços, na valorização permanente do conhecimento e no desenvolvimento de soluções que contribuam para o aumento da segurança, da eficiência e da qualificação profissional no setor da mobilidade e dos transportes.

ECOSAÚDE

A atuação da Empresa no curto prazo deverá centrar-se em três eixos prioritários. Em primeiro lugar, o reforço da capacidade técnica e a valorização dos recursos humanos, através da captação e retenção de profissionais qualificados, bem como do investimento contínuo na sua formação. Em segundo lugar, a modernização dos meios tecnológicos e equipamentos, assegurando ganhos de eficiência e melhoria da qualidade do serviço prestado. Por último, o desenvolvimento comercial orientado para a

diversificação da base de clientes e para o estabelecimento de parcerias estratégicas, reduzindo a dependência de setores específicos.

A sustentabilidade económica e financeira da Empresa continuará a ser um objetivo central da gestão. Num setor intensivo em capital humano e sujeito a fortes exigências regulamentares, a ECOSAÚDE manterá o seu posicionamento em segmentos de maior valor acrescentado, sustentado na qualidade, na especialização e no reconhecimento do seu know-how, em particular no setor dos transportes, sem prejuízo da expansão para outras áreas de atividade.

SAROS

O objetivo global definido pela SAROS para 2026 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a empresa poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da

deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Imparidades

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

■ Materiais com Aplicação em Material Circulante

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

- **Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos**

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- **Peças reparáveis “rotáveis”**

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

- **Restantes materiais**

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries Grupo CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às Normas que se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2025

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2025 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

IAS 21 – Efeitos das Alterações das Taxas de Câmbio: Falta de Permutabilidade

A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma operação estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo.

A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período.

Esta alteração visa clarificar:

- i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável);
- ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

A IAS 21 exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Esta alteração não é de aplicação retrospectiva, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação) na data da primeira aplicação.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Alterações às Normas e Novas Normas que se Tornam Efetivas, em ou Após 1 de janeiro de 2026

IFRS 9 e IFRS 7 Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros

As alterações efetuadas à IFRS 9 resultam do processo de revisão pós-implementação ao capítulo de “Classificação e mensuração”, no âmbito do qual o IASB identificou alguns aspetos a clarificar para melhorar a sua compreensão.

As alterações efetuadas referem-se a:

(a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos;

(b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como:

i) ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico (cash flows contingentes ou associados a metas ESG);

ii) ativos com características “sem recurso”; e

iii) instrumentos contratualmente associados;

(c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e

(d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

IFRS 9 e IFRS 7 Contratos Relativos a Eletricidade Dependente da Natureza

As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 incluem:

a) clarificação da aplicação da isenção do “uso próprio” estabelecidos na IFRS 9: Uma entidade deve aplicar a isenção de ‘uso próprio’ dependendo da finalidade do contrato, design e estrutura. É permitido a uma entidade aplicar a referida isenção se tiver sido ou esperar ser ‘compradora-líquida’ de eletricidade obtida a partir de fontes renováveis e as características do mercado obrigarem à venda da eletricidade não consumida;

b) permissão de classificação como instrumento de cobertura: os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis podem ser designados como instrumentos de cobertura, para efeitos de aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, se o item coberto corresponder ao volume de eletricidade nominal variável das transações estimadas e este esteja alinhado com o volume variável de eletricidade renovável, que se espera que seja entregue no âmbito do contrato, presumindo-se que as transações estimadas são altamente prováveis;

c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7: para os contratos contabilizados como “uso próprio”, exigência de divulgar os termos e condições dos contratos que expõem a entidade à variabilidade dos volumes entregues e ao risco de ter de adquirir eletricidade em períodos de não consumo, os fluxos de caixa estimados para os compromissos assumidos e ainda não

realizados e os efeitos financeiros destes contratos no desempenho financeiro. Relativamente aos contratos designados como instrumentos de cobertura, estes estão sujeitos à divulgação separada de informação sobre os termos e condições associadas

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2025 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Caixa	443 951	443 841
Depósitos bancários	104 679 923	158 185 693
Total	105 123 874	158 629 534

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2025 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de ativo fixo tangível, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	106 399 660	103 689 804
Equipamento básico	1588 868 671	1 565 742 036
Equipamento de transporte	2 977 788	3 328 582
Equipamento administrativo	32 090 270	32 210 271
Outros ativos fixos tangíveis	30 448 658	30 508 407
Investimentos em curso	19 989 403	17 384 777
Adiantamentos por conta de investimentos	94 160 045	27 000 464
Sub-total	1 895 468 156	1 800 398 002
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	46 107 987	48 282 741
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 478 761 691	1 432 974 709
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	(1 678 929)	(2 495 759)
Perdas por imparidade do período	(709 769)	(1 404 722)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	958 443	2 363 165
Sub-total	1 523 439 423	1 479 720 134
Valor líquido contabilístico	372 028 733	320 677 868

Nota) Existe um diferendo com uma entidade pública que reclama um dos imóveis que está registado em nome da CP e do qual a empresa considera ser legítima proprietária.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2025 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Ativos					(valores em euros)		
	Saldo inicial	Adições	Alienações	classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 533 861	-	-	-	-	-	-	20 533 861
Edifícios e outras construções	103 689 804	2 871	-	-	-	2 706 985	-	106 399 660
Equipamento básico	1565 742 036	468 977	(862 832)	-	(345 709)	23 194 343	671 856	1588 868 671
Equipamento de transporte	3 328 582	52 597	(403 391)	-	-	-	-	2 977 788
Equipamento administrativo	32 210 271	24 785	(2 640)	-	(209)	549 115	(691 052)	32 090 270
Outros ativos fixos tangíveis	30 508 407	1 278	-	-	(133 829)	72 802	-	30 448 658
Investimentos em curso	17 384 777	29 337 782	-	-	-	(26 674 493)	(58 663)	19 989 403
Adiantamentos por conta de investimentos	27 000 464	67 159 581	-	-	-	-	-	94 160 045
	1 800 398 002	97 047 871	(1 268 863)	-	(479 747)	(151 248)	(77 859)	1 895 468 156
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	63 634 869	3 130 311	-	-	-	-	-	66 765 180
Equipamento básico	1353 069 322	40 981 080	(862 832)	-	(345 709)	-	-	1392 841 861
Equipamento de transporte	3 172 094	59 218	(403 391)	-	-	-	-	2 827 921
Equipamento administrativo	28 772 162	1 188 151	(2 640)	-	(209)	-	(19 196)	29 938 268
Outros ativos fixos tangíveis	30 113 245	749 227	-	-	(44 952)	-	-	30 817 520
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	958 442	(709 769)	-	-	-	-	-	248 673
	1 479 720 134	45 398 218	(1 268 863)	-	(390 870)	-	(19 196)	1 523 439 423
Total	320 677 868	51 649 653	-	-	(88 877)	(151 248)	(58 663)	372 028 733

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos realizados em 2025, estão relacionados com os adiantamentos efetuados no âmbito de dois importantes contratos de fornecimento de material circulante. O primeiro contrato envolve a aquisição de 117 unidades automotoras elétricas, das quais 62 se destinam ao serviço urbano e 55 ao serviço regional, incluindo as respetivas peças de parque e ferramentas especiais. O segundo contrato refere-se à aquisição de 12 unidades automotoras bimodo e 10 automotoras elétricas incluindo as respetivas peças de parque e ferramentas especiais. Além disso, foram realizadas grandes reparações periódicas de material circulante, que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

O montante identificado na coluna "transferências" está relacionado com transferências para ativos intangíveis.

Ativos Intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP analisam-se conforme o quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	46 040	46 040
Programas de computador	3 179 462	2 458 783
Ativos intangíveis em curso	-	61 667
Sub-total	3 225 502	2 566 490
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	531 565	585 838
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 272 343	828 405
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	-	(141 900)
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
Sub-total	1 803 908	1 272 343
Valor líquido contabilístico	1 421 594	1 294 147

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2025 é analisada como segue:

(valores em euros)							
Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transf.	Saldo final
Valor bruto:							
Despesas de investigação e desenvolvimento	46 040	-	-	-	-	-	46 040
Programas de computador	2 458 783	-	-	-	-	720 679	3 179 462
Ativos intangíveis em curso	61 667	507 765	-	-	-	(569 432)	-
	2 566 480	507 765	-	-	-	151 247	3 225 502
Amortização acumulada e imparidade:							
Amortização do período	1 116 208	531 565	-	-	-	-	1 647 773
Amortização acumulada de períodos anteriores	156 135	-	-	-	-	-	156 135
	1 272 343	531 565	-	-	-	-	1 803 908
Total	1 294 147	(23 800)	-	-	-	151 247	1 421 594

Os ativos intangíveis do Grupo CP dizem essencialmente respeito à aquisição de programas informáticos,

O montante identificado na coluna “transferências”, diz respeito a transferências de ativos fixos tangíveis.

Direitos de Uso de Ativos (nota 8)

No final do ano 2025 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Valor Bruto:		
Direito de Uso (Locações Financeiras - IFRS 16)	13 584 869	13 841 442
Viaturas	535 749	436 706
Automotoras	2 127 631	2 639 585
Espaço oficial	10 228 730	10 072 392
Espaço Clínico	692 759	692 759
Sub-total	13 584 869	13 841 442
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	1 596 703	1 828 612
Viaturas	50 126	45 832
Automotoras	879 861	1 161 869
Espaço oficial	528 164	516 997
Espaço Clínico	138 552	103 914
Amortização acumulada de períodos anteriores	3 574 529	3 167 232
Viaturas	297 772	251 940
Automotoras	1 759 723	1 218 270
Espaço oficial	2 834 435	2 317 438
Espaço Clínico	103 914	-
Depreciações Acumuladas por Automotoras Devolvidas	(1 421 315)	(620 416)
Sub-total	5 171 232	4 995 844
Valor líquido contabilístico	8 413 637	8 845 598

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Não corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	7 809 342	7 776 937
Viaturas	140 074	99 841
Automotoras	461 718	-
Espaço oficial	6 881 662	7 210 232
Espaço Clínico	325 888	466 864
Corrente		
Responsabilidades por locações financeiras	1 121 332	1 545 655
Viaturas	47 777	39 094
Automotoras	447 642	907 238
Espaço oficial	485 197	474 938
Espaço Clínico	140 716	124 385
Total	8 930 674	9 322 592

Ainda com impactos em resultado da aplicação IFRS 16, evidenciam-se o valor dos juros suportados nos exercícios de 2024 e 2025:

(valores em euros)		
Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Viaturas	33 362	31 736
Automotoras	12 951	57 244
Espaço oficial	166 801	173 589
Espaço Clínico	13 418	12 285
Total	226 532	274 854

Os direitos de uso e os respetivos movimentos são detalhados como segue:

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo de aquisição	535 749	2 127 631	10 228 730	692 759	13 584 869
Amortização acumulada	347 898	1 218 269	3 362 599	242 466	5 171 232
Valor líquido	187 851	909 362	6 866 131	450 293	8 413 637
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo de aquisição	436 706	2 639 585	10 072 392	692 759	13 841 442
Amortização acumulada	297 772	1 759 723	2 834 435	103 914	4 995 844
Valor líquido	138 934	879 862	7 237 957	588 845	8 845 598
Em 1 de janeiro de 2024					
Aumentos	5 719	2 436 541	7 424 716	-	9 866 976
Amortizações	179 047	-	-	692 759	871 806
Atualizações contratuais	(45 832)	(1 161 869)	(516 997)	(103 914)	(1 828 612)
Cancelamentos de contratos	-	-	330 238	-	330 238
Saldo em 31 de dezembro de 2024	138 934	879 862	7 237 957	588 845	8 845 598
Em 1 de janeiro de 2025	138 934	879 862	7 237 957	588 845	8 845 598
Aumentos	99 043	909 361	-	-	1 008 404
Amortizações	(50 126)	(879 861)	(528 164)	(138 552)	(1 596 703)
Atualizações contratuais	-	-	156 338	-	156 338
Saldo em 31 de dezembro de 2025	187 851	909 362	6 866 131	450 293	8 413 637

No que respeita a pagamentos, identificam-se os relativos a locações de 2024 e 2025:

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Relativos a amortização de capital de locações	50 126	767 664	485 197	124 645	1 427 632
Relativos a Juros de locações	33 362	12 951	166 801	13 418	226 532
Total das atividade de financiamento	83 488	780 615	651 998	138 063	1 654 164

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Relativos a amortização de capital de locações	45 833	1 160 988	464 624	91 263	1 762 708
Relativos a Juros de locações	31 736	57 244	173 589	12 285	274 854
Total das atividade de financiamento	77 569	1 218 232	638 213	103 548	2 037 562

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)							
Descrição	Tipo	31-dez-25			31-dez-24		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
TIP, ACE	Investimento	-	-	-	1 538 628	-	1 538 628
SIMEF, ACE	Investimento	640 782	-	640 782	503 220	-	503 220
Nomad Tech, Lda.	Investimento	-	-	-	2 118 900	-	2 118 900
Total		640 782	-	640 782	4 160 748	-	4 160 748

Nota: MEP de 2024 do TIP ajustado com base nas Df's assinadas recebidas 28-05-2025

Em 2025 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
TIP, ACE	1 538 628	-	-	428 909	(1 967 537)	-
SIMEF, ACE	503 220	-	-	635 928	(498 366)	640 782
Nomad Tech, Lda.	2 118 900	-	(2 162 452)	43 552	-	-
Sub-total	4 160 748	-	(2 162 452)	1 108 389	(2 465 903)	640 782
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	4 160 748	-	(2 162 452)	1 108 389	(2 465 903)	640 782

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o incremento registado na rubrica de participações financeiras deve-se, essencialmente, à integração do resultado positivo do SIMEF e à distribuição dos resultados transitados e de outras reservas da TIP, sociedade que foi liquidada no decurso do exercício em análise.

Verificou-se ainda, no período em análise, a alienação da participação financeira detida na Nomad Tech.

A informação financeira resumida referente à empresa participada SIMEF apresenta-se como segue:

(valores em euros)							
Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF, ACE	51	31-dez-25	15 489 914	14 233 479	1 256 435	16 537 931	1 256 435

Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)							
Descrição	Método	31-dez-25			31-dez-24		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	-	-	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	4 000 000	(4 000 000)	-	4 000 000	(4 000 000)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(73 074)	315 206	388 280	(45 227)	343 053
Fundo Comp. Trabalho	Custo de aquisição	311	-	311	311	-	311
		32 801 214	(4 719 963)	28 081 251	32 881 214	(4 772 116)	28 109 098

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados-membros europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a

constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados-membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

A CP mantinha uma participação de 3,73% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior empresa participada. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2024, de 5 de janeiro, a CP foi autorizada a fazer uma Oferta Pública de Venda das ações que detinha, operação que foi concluída no período de 2025.

O movimento destas participações financeiras em 2025 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)						
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	(80 000)	-	-	-
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	4 000 000	-	-	-	-	4 000 000
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Fundo Comp. Trabalho	311	-	-	-	-	311
	32 881 214	-	(80 000)	-	-	32 801 214
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	80 000	-	-	-
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
Centro de Competências Ferroviário	(4 000 000)	-	-	-	-	(4 000 000)
TRANSCOM, S.A.	(45 227)	(27 847)	-	-	-	(73 074)
	(4 772 116)	(27 847)	80 000	-	-	(4 719 963)
Total	28 109 098	(27 847)	-	-	-	28 081 251

Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Por, nas circunstâncias atuais, não existirem expectativas que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis, a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros) respeitantes a

- (i) Diferenças temporárias dedutíveis;
- (ii) Reporte de prejuízos fiscais não utilizados; e
- (iii) Reporte de créditos tributáveis não utilizados. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis).

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis).

Conforme consta no quadro abaixo, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2025 passam de 309 milhões de euros para 330 milhões de euros, os quais podem ser utilizados, de acordo com a legislação atual, sem qualquer limite temporal.

	(valores em euros)	
	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2025	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2024
CP	369 288 149	347 175 808
Grupo	329 693 147	309 047 227

Detalha-se de seguida o cálculo do valor do imposto sobre o rendimento:

	(valores em euros)	
	2025	2024
Ajuste excesso de Estimativa ano anterior	2 151	1 866 032
Imposto sobre o rendimento do período	(184 213)	(421 700)
Imposto sobre o rendimento	(182 062)	1 444 332

No quadro seguinte detalha-se o cálculo da taxa teórica e efetiva de imposto corrente:

	(valores em euros)	
	2025	2024
Resultado Antes Imposto	4 337 212	484 769
Taxa nominal de imposto	20%	21%
Imposto teórico sobre o rendimento	(867 442)	(101 801)
Resultado Antes Imposto	4 337 212	484 769
Imposto sobre o rendimento do período	184 213	421 700
Coleta	-	-
Derrama municipal	26 031	21 950
Tributação Autónoma	158 182	399 750
Derrama Estadual	-	-
Imposto efetivo sobre o rendimento do período	184 213	421 700
Taxa Efetiva de Imposto do período	4,2%	87,0%

O ajuste do excesso de estimativa de imposto do ano anterior foi classificado na rubrica Imposto sobre o rendimento do período, conforme espelhado no quadro acima.

Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

	(valores em euros)	
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Valor Bruto:		
Mercadorias	121 118	128 052
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 445 968	58 412 968
Produtos acabados e intermedios*	6 035 027	5 536 713
Produtos e trabalhos em curso	3 179 981	2 571 011
Adiantamentos por conta de compras	1 892 917	-
	71 675 011	66 648 744
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(1 993 482)	(1 818 890)
Imparidade acumulada por utilizações	-	1 016 721
Imparidades de períodos anteriores	(22 922 955)	(22 120 786)
	(24 916 437)	(22 922 955)
Valor líquido contabilístico	46 758 574	43 725 789

*fabricos internos e rotaveis

O valor bruto dos inventários registou um acréscimo de 5 milhões de euros face ao ano de 2024, destacando-se as seguintes rubricas:

- Nas Matérias-primas, subsidiárias e de consumo e nos Produtos acabados e intermédios um incremento aproximado de 2,5 milhões de euros;
- Nos Produtos e trabalhos em curso e nos Adiantamentos por conta de compras um aumento de 0,6 milhões de euros e de 1,9 milhões de euros, respetivamente.

Os fatores externos seguiram a mesma tendência do período anterior, nomeadamente a evolução dos preços resultantes da conjuntura internacional que leva indiretamente ao aumento do valor dos inventários. Outro fator que justifica o acréscimo é a definição da profundidade das intervenções estimadas com uma taxa de substituição superior à efetivamente realizada. Por outro lado, está também diretamente relacionado com a discrepância entre o início dos projetos de reparação/modernização, e a chegada efetiva dos materiais, em que alguns ficam impedidos de serem usados nas intervenções planeadas, não ficando, no entanto, impossibilitada, em ambas as situações a sua utilização em futuras intervenções.

A empresa realiza semestralmente o controlo do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu montante. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades. Relativamente às imparidades de inventários mantiveram-se basicamente os critérios que têm vindo a ser seguidos nos últimos períodos, os quais estão detalhados na nota 4. Através da aplicação desses critérios, foi reconhecida, no período de 2025, uma perda por imparidade de cerca de 2 milhões de euros. O valor foi decomposto da seguinte forma, por um lado foram registadas perdas por imparidade em gastos no montante de 3,4 milhões de euros, parcialmente compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 1,4 milhões de euros registadas em rendimentos do exercício como demonstra o quadro seguinte:

(valores em euros)					
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	(21 626 982)	(2 903 708)	1 253 149	-	(23 277 541)
Produtos acabados e intermédios	(1 295 973)	(499 774)	156 851	-	(1 638 896)
Fabricos	(400 566)	(25 322)	9 677	-	(416 211)
Rotaveis	(895 407)	(474 452)	147 174	-	(1 222 685)
Total	(22 922 955)	(3 403 482)	1 410 000	-	(24 916 437)

Cientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	21 943 450	8 756 098
Empresas associadas	-	163 220
Empreendimentos conjuntos	151 134	258 791
Outras partes relacionadas	217	-
Cientes - cobrança duvidosa	5 342 782	6 706 053
Sub-total	27 437 583	15 884 162
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	1 363 271	(165 957)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(6 706 053)	(6 540 096)
Sub-total	(5 342 782)	(6 706 053)
Valor líquido contabilístico	22 094 801	9 178 109

A rubrica de clientes apresenta um aumento substancial em 2025 de cerca de 13,2 milhões de euros no saldo relativo a empresas gerais, saldo que foi regularizado na sua maioria no decorrer do 1º trimestre de 2026.

De salientar também os acordos de pagamentos efetuados com o Metropolitano de Lisboa, e com a Fundação Museu Nacional Ferroviário, que permitiram a redução de imparidades registadas em anos anteriores.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Cientes gerais	(6 706 053)	(599 594)	2 437	1 960 428	(5 342 782)
Total	(6 706 053)	(599 594)	2 437	1 960 428	(5 342 782)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	225 902	647 984
Pagamento por conta de IRC	-	494 867
Imposto retido na fonte	156 787	91 330
Imposto retido na fonte-Dependente	69 115	61 787
IVA	6 717 918	6 538 070
IVA a recuperar	2 500 000	4 499 721
IVA reembolsos pedidos	4 217 918	2 038 349
Outros Impostos	219 035	279 754
Contribuições Seg Social CNP	219 035	279 754
Total	7 162 855	7 465 808
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	238 861	469 200
Imposto sobre o rendimento	184 213	421 700
Retenções de imposto sobre o rendimento	54 648	47 500
IVA	132 670	93 862
IVA a pagar	132 670	93 862
Outros Impostos	64 157	27 032
Contribuição para a Segurança Social	64 157	27 032
Total	435 688	590 094

No ativo a variação mais significativa, diz respeito à diminuição registada nos pagamentos por conta de IRC (0,5 milhões de euros), em resultado da sua utilização na declaração fiscal respeitante ao exercício de 2024, exercício este em que foi apurado prejuízo fiscal, não existindo assim a obrigação de proceder a pagamentos por conta no exercício de 2025.

Quanto ao passivo a diminuição da rubrica de imposto sobre o rendimento decorreu essencialmente do cálculo da estimativa do imposto, estando previsto o apuramento de um resultado fiscal negativo (prejuízo), sendo que a exceção prevista no Orçamento de Estado para 2025 permite que as tributações autónomas não estejam sujeitas ao agravamento de 10% previsto no artigo 14º do CIRC.

Outros Créditos a Receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Ativo não corrente		
Valor Bruto:		
D.diversos - c/c	240 581	-
D.diversos - cobrança duvidosa	975 110	975 110
Sub-total	1 215 691	975 110
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceirc	(975 110)	(975 110)
Sub-total	(975 110)	(975 110)
Valor líquido contabilístico	240 581	-
Ativo corrente		
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	315 211	312 276
Fornecedores c/c - saldos devedores	190 013	78 214
Outros	712 127	698 974
Outros Devedores - pessoal	163 690	119 862
D.Diversos - c/c	8 043 058	8 435 772
Devedores por acréscimos de receitas	56 876 597	77 579 858
Sub-total	66 300 696	87 224 956
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	24 489	(87 181)
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceirc	(4 933 779)	(4 846 598)
Sub-total	(4 909 290)	(4 933 779)
Valor líquido contabilístico	61 391 406	82 291 177

Relativamente ao ativo corrente, em 2025, a rubrica de outros créditos a receber registou um decréscimo de 20,9 milhões de euros face ao período homólogo. Para esta variação contribuiu essencialmente a redução dos devedores por acréscimos de receitas, no montante de 20,7 milhões de euros.

Esta variação é justificada por rendimentos que, em 2024, a CP aguardava ser ressarcida e que, efetivamente, em 2025, o foi, tais como:

- (I) O valor do acerto da compensação das obrigações de serviço público de 2024, no montante de 15,9 milhões de euros;
- (II) O valor do reequilíbrio das obrigações de serviço público de 2021, em 12,1 milhões de euros e;
- (III) O valor do acerto da compensação das obrigações de serviço público de 2022, em 7,1 milhões de euros.

Em 2025, de relevar a contabilização do acerto da compensação das obrigações de serviço público de 2025, no montante de 12,8 milhões de euros e que aguarda o respetivo recebimento, conforme referido na nota 30.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)						
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Transferência	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros - MLP	(975 110)	-	-	-	-	(975 110)
Outras dívidas de terceiros - CP	(4 933 779)	-	-	-	24 489	(4 909 290)
Total	(5 908 889)	-	-	-	24 489	(5 884 400)

Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	3 289 077	1 264 382
Total	3 289 077	1 264 382
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	158 182 981	159 347 531
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	440 124	794 619
Total	158 623 105	160 142 150

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos gastos a reconhecer no período, onde se incluem os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se a acidentes de trabalho, saúde, multirriscos e responsabilidade civil.

Verificou-se um aumento de 2 milhões de euros em gastos a serem reconhecidos posteriormente a 2025, tais como o seguro de saúde em resultado de em 2025 já se encontrar emitido o recibo do prémio de seguro até ao término do contrato (setembro de 2026), quando em 2024 só se encontrava emitido o prémio respeitante ao 1º trimestre de 2025.

Relativamente ao passivo, a rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, nomeadamente, a aquisição de 117 unidades automotoras elétricas, de 12 Automotoras Bimodo e de 10 Automotoras elétricas, ao abrigo do Fundo ambiental e do Fundo de Coesão. Quanto aos rendimentos a reconhecer, o valor apresentado reflete os rendimentos a serem reconhecidos relativos a faturação por conta de prestação de serviços de consultoria e apoio ao comissionamento, comissões e prestações de serviços no âmbito da higiene, segurança e medicina no trabalho.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Fundo Ambiental _ Aquí. 117 Aut elec, 12 Auto. BiModo e 10 Elec	109 597 140	104 208 908
Subsídios PIDDAC	19 041 555	22 374 851
Subsídios FEDER	27 133 851	31 179 090
Subsídios IGCP	1 046 503	1 179 112
Subsídios Outros (inclui CEF)	1 363 932	405 570
Total	158 182 981	159 347 531

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor valor, entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Não obstante alguns destes ativos se encontrarem classificados como detidos para venda há mais de um ano, a Empresa considera que se mantêm cumpridos os critérios de classificação previstos na IFRS 5, designadamente por a conclusão da venda depender de fatores não controláveis pela entidade, mantendo-se, contudo, um elevado grau de probabilidade de concretização da alienação.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

	(valores em euros)	
Descrição	31-dez-25	31-dez-24
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 757 078	1 757 078
Total	2 016 478	2 016 478

Os movimentos do período detalham-se conforme o quadro seguinte:

(valores em euros)								
Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	84 031	-	-	-	-	-	-	84 031
Edifícios e outras construções	196 073	-	-	-	-	-	-	196 073
Equipamento básico	46 944 832	-	-	-	-	-	-	46 944 832
	47 224 936	-	-	-	-	-	-	47 224 936
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	16 806	-	-	-	-	-	-	16 806
Equipamento básico	43 163 507	-	-	-	-	-	-	43 163 507
Edifícios-Perdas Impar. Acum.	3 897	-	-	-	-	-	-	3 897
Equipam. Básico-Perdas Impar. Acum.	2 024 248	-	-	-	-	-	-	2 024 248
	45 208 458	-	-	-	-	-	-	45 208 458
Total	2 016 478	-	-	-	-	-	-	2 016 478

Capital (nota 18)

Capital Realizado

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2023, foi determinado por despacho conjunto dos senhores ministros das finanças e das infraestruturas, datado de 9 de outubro de 2023, atribuir à CP as devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário que se concretizou da seguinte forma:

- (i) aumentar o capital estatutário da CP, em 2.099.740.964,99 euros, mediante a conversão de créditos de capital e juros, detidos pelo Estado através da DGTF, correspondente a 1.919.301.571,5 euros e mediante a entrega em numerário do montante de 180.439.393,49 euros, dos quais 70% (126.307.573,49 euros) foram efetivamente realizados no decorrer de 2024;
- (ii) Utilizar a reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei nº 361/85, de 5 de setembro, no valor de 91.357.368 euros, para cobertura de resultados transitados negativos;
- (iii) Reduzir o capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros, fixando o capital estatutário em 212.635.680,46 euros.

Capital Não Realizado

À data do relato encontram-se integralmente realizados todos os montantes de capital.

Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que aprova os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Conforme a proposta de aplicação dos resultados de 2024 aprovada, a reserva legal foi reforçada em 92.170,22 euros.

Estes registos encontram-se dependentes das respetivas deliberações formais de aprovação das contas e da aplicação de resultados pelo acionista único, as quais não se encontram, à presente data, formalmente evidenciadas.

Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente:

- À transferência do resultado líquido do exercício anterior para resultados transitados

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2025		14 606 194
Resultados transitados de 2024	12 763 134	
+ Resultado líquido do período de 2024	1 929 101	
- Reserva legal do período de 2024	-92 170	
Sub-total		14 600 065
Movimentos de 2025 directamente em Res.transitados:		6 129
Total		14 606 194
Diferenças de consolidação relacionadas com:		6 129
- Outras (saldos e transações)		6 129

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	132 640	132 640

A rubrica Saneamento Financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2 151 296	653 418	1 471	-	2 803 243
Acidentes ferroviários	1 841 860	157 743	68 403	37 334	1 893 866
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	9 834 731	2 108 568	654 627	3 184 261	8 104 411
Total	13 827 887	2 919 729	724 501	3 221 595	12 801 520

Verificou-se uma diminuição de 1 milhão de euros face a 2024, sendo que as variações mais significativas se deveram ao:

- i. acréscimo de 0,6 milhões de euros nos processos judiciais em curso estabelecidos contra as empresas do Grupo;
- ii. redução de outras provisões por penalidades contratuais em cerca de 1,8 milhões de euros, em função do acordo estabelecido relativo à área de manutenção de material circulante;
- iii. acréscimo de 0,3 milhões de euros nas rubricas de acidentes de trabalho e doenças profissionais em resultado da avaliação atuarial das responsabilidades assumidas pela CP.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2025, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por atuário independente, pertencente a entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 3,25%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tabela TV 88/90 (-1).

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2025.

Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2025 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações	105 300 000	105 300 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(1 391 066)	(1 653 620)
Total	103 908 934	103 646 380

A empresa tem na sua carteira, unicamente o empréstimo obrigacionista com o valor nominal de 105,3 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos tem uma estrutura de médio e longo prazo uma vez que a maturidade do empréstimo obrigacionista irá ocorrer somente em 2030.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	105 300 000	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(1 391 066)	-
A mais de 5 anos		105 300 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas		(1 653 620)
Total	103 908 934	103 646 380

Segue abaixo o detalhe das fontes de financiamento do grupo CP que representam o total do capital em dívida dos financiamentos obtidos:

Detalhe por fontes de financiamento	31-dez-25	31-dez-24
Obrigacionistas	103 908 934	103 646 380
Total	103 908 934	103 646 380

Outras Dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Corrente		
Fornecedores de investimentos	285 433	1 607 242
Credores por subscrições não liberadas	44 663 947	44 198 895
Outros devedores e credores	31 671 326	44 599 005
Credores por acréscimo de gastos	56 164 075	50 714 665
Total	132 784 781	141 119 807

No passivo corrente verifica-se um decréscimo de 8,3 milhões de euros, para o qual contribui as seguintes variações:

- i. outros credores, que registam uma redução de 12,9 milhões de euros, em função, essencialmente, da faturação do acerto das compensações financeiras associadas ao contrato de serviço público para o ano de 2024, ainda por receber em 2025 (13,9 milhões de euros);

- ii. credores por acréscimo de gastos, que aumentaram 5,4 milhões de euros, justificado pelo acerto da estimativa de férias e subsídio de férias em resultado das atualizações salariais e de outros acréscimos de gastos com fornecimentos diversos.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada Eurofima conforme já identificado na nota 10.

Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Fornecedores c/c		
Gerais	7 558 536	9 710 847
Faturas em receção e conferência	489 624	329 477
	8 048 160	10 040 324

Verificou-se uma redução de cerca de 2 milhões de euros na rubrica de Fornecedores, face ao ano de 2024, com destaque, em particular, na diminuição significativa de 2,2 milhões de euros, na rubrica de fornecedores gerais. Esta variação, resulta essencialmente do pagamento em 2025 de faturas relativas a consumos de eletricidade para tração em 2024. Em sentido oposto, verificou-se um aumento na rubrica de faturas em receção e conferência de 0,2 milhões de euros.

Vendas e Serviços Prestados (nota 27)

As vendas e serviços prestados apresentam-se conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Prestações de serviços		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	282 780 653	280 131 965
Manutenção e aluguer de material circulante	22 865 222	18 529 182
Outros	7 066 620	7 156 443
Total	312 712 495	305 817 590

Verificou-se, em 2025, um aumento de 6,9 milhões de euros face a 2024, registado essencialmente na rubrica de Manutenção e aluguer de material circulante (4,3 milhões de euros), com especial destaque para o serviço de manutenção prestado aos veículos do Metro do Porto.

Subsídios à Exploração (nota 28)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2025 e 2024:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	111 074 816	105 072 809
Referente a OSP do exercício		
Adiantamento da compensação (inclui Passe Ferroviário Verde)	98 258 854	89 128 347
Acerto final da compensação (inclui Passe Ferroviário Verde)	12 817 304	15 944 462
	111 076 158	105 072 809
Referente a OSP de exercícios anteriores		
Compensação OSP 2024 - Diferença do acerto de reconciliação	(1 342)	-
Outros	88 312	113 487
Total	111 163 128	105 186 296

O Contrato de Serviço Público (CSP) assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

No que respeita aos duodécimos/adiantamentos concedidos a título de compensação pelas obrigações de serviço público (OSP) de 2025, foi apurada, com base na reconciliação entre os montantes recebidos e o valor resultante do cumprimento efetivo das OSP nesse exercício, uma diferença a favor da Empresa no montante de 12,8 milhões de euros, a qual se encontra sujeita a verificação pelo Gestor do Contrato e à aceitação pelo Estado.

As compensações OSP, apresentam um aumento significativo face ao período homólogo, em parte, decorrente do facto de, em 2024, apenas terem sido reconhecidas as compensações do “Passe Ferroviário Verde” relativas ao último trimestre, correspondente ao período de entrada em funcionamento desta medida.

Ganhos/perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Perdas		
Outros	(961 452)	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 108 390	1 721 594
Outros	354 000	252 000
Total	500 938	1 973 594

O valor registado na rubrica Perdas – Outros corresponde ao impacto decorrente da alienação da participação financeira na Nomad Tech.

Os ganhos refletem os resultados das participadas, reconhecidos através da aplicação do método da equivalência patrimonial, na proporção da participação detida pela sociedade em cada uma dessas entidades.

Variação nos Inventários da Produção (nota 30)

Esta rubrica apresenta uma variação positiva na ordem de 1 milhão de euros face ao período homólogo. Para a esta variação contribuíram não só a reparação de rotáveis como também o trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante. Quanto aos fabricos internos produzidos, estes mantiveram-se praticamente inalterados face ao ano anterior.

	(valores em euros)	
	2025	2024
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	6 035 027	5 536 713
Fabricos internos	639 079	646 688
Reparação de Rotáveis	5 395 948	4 890 025
Produtos e trabalhos em curso	3 179 981	2 571 011
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	(945 358)	(728 158)
Fabricos internos	-	(1 130)
Reparação de Rotáveis	(945 358)	(727 028)
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	5 536 713	4 523 359
Fabricos internos	646 688	663 762
Reparação de Rotáveis	4 890 025	3 859 597
Produtos e trabalhos em curso	2 571 011	3 267 765
	2 052 642	1 044 758

Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2025	2024
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	19 676 251	16 017 662

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2025	2024
Mercadorias	(7 154)	(936)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(36 146 276)	(33 690 070)
	(36 153 430)	(33 691 006)

Verificou-se um aumento dos consumos no valor de 2,5 milhões de euros face ao período homólogo.

Este acréscimo resultou essencialmente do maior consumo de matérias-primas destinadas às atividades de manutenção e reparação.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Designação	(valores em euros)	
		2025	2024
621	Subcontratos	(26 039 565)	(24 895 144)
622/626	Trabalhos especializados e outros	(114 211 452)	(109 087 865)
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	(73 079 519)	(68 167 562)
623	Materiais	(1 411 963)	(977 669)
624	Energia e fluidos	(30 322 466)	(32 297 329)
625	Deslocações, estadas e transportes	(1 048 548)	(1 025 763)
		(173 033 994)	(168 283 770)

Em 2025, registou-se um aumento de 4,8 milhões de euros na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, pelo efeito conjunto das seguintes variações:

- i. Acréscimo dos encargos com a taxa de uso da infraestrutura (+4,9 milhões de euros);
- ii. Redução dos gastos com energia, resultante da diminuição do preço por unidade de consumo, tendência que já se verificava em anos anteriores (- 2 milhões de euros);
- iii. Diminuição dos gastos com outras rendas e alugueres, justificada pela devolução de 4 automotoras que se encontravam alugadas à Renfe (-3,6 milhões de euros);
- iv. Aumento dos gastos com trabalhos especializados, em grande medida associado ao acréscimo com serviços informáticos (+1,2 milhões de euros).

Gastos com Pessoal (nota 34)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	(659 700)	(615 439)
Remunerações do pessoal	(151 561 150)	(137 228 950)
Indemnizações	(160 185)	(64 931)
Encargos sobre remunerações	(33 905 204)	(30 601 573)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	(4 294 135)	(4 273 778)
Gastos de ação social	(264 435)	(206 802)
Outros gastos com o pessoal	(910 714)	(791 568)
	(191 755 523)	(173 783 041)

Verificou-se um incremento de 18 milhões de euros, destacando-se as 2 atualizações salariais implementadas neste ano, das quais resultou um acréscimo em gastos decorrente da revisão das tabelas salariais no montante de 12,5 milhões de euros, do aumento do valor diário do subsídio de refeição no montante de 1,4 milhões de euros, e do aumento dos gastos decorrentes de promoções e progressões realizadas no decorrer de 2025, em cerca de 2 milhões de euros.

Este acréscimo resulta assim, essencialmente, do aumento do nº de trabalhadores, das atualizações salariais transversais a todos os colaboradores e, adicionalmente do aumento dos abonos ao pessoal afeto às áreas de revisão e venda, assim como à manutenção dos veículos ferroviários.

Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis / Amortizáveis (nota 35)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Perdas		
Em investimentos financeiros	(27 847)	-
Reversões		
Em investimentos financeiros	-	19 495
Ativos não correntes detidos para venda	-	441 189
	(27 847)	460 684

Em 2024 a anulação da imparidade, resultou da alienação de material circulante que se encontrava registado como ativo não corrente detido para venda.

Em 2025 não se verificaram imparidades conforme se constata no quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)				
	saldo inicial	adições	reversões	transferências	saldo final
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	2 024 248	-	-	-	2 024 248
Total	2 028 145	-	-	-	2 028 145

Outros Rendimentos (nota 36)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Rendimentos suplementares	10 336 932	11 425 451
Descontos de pronto pagamento obtidos	412	675
Ganhos em inventários	49 080	50 804
Restantes ativos financeiros	1 391 393	3 154 730
Investimentos não financeiros	287 764	356 104
Outros	13 235 464	13 626 401
	25 301 045	28 614 165

Verificou-se uma diminuição de cerca de 3,3 milhões de euros face ao ano de 2024, para a qual contribuíram as seguintes rubricas:

- Na rubrica de Rendimentos suplementares, verifica-se uma descida em 1,1 milhões de euros, justificada pela anulação de especializações em 2025 referentes a 2024, em resultado da emissão das respetivas faturas;
- Na rubrica de Restantes ativos financeiros, verifica-se um decréscimo de 1,8 milhões de euros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação financeira da empresa na Eurofima;

Outros Gastos (nota 37)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Impostos	(1 340 250)	(219 399)
Dívidas incobráveis	-	(6 826)
Perdas em inventários	(268 441)	(81 381)
Investimentos não financeiros	(705 228)	(1 469 147)
Outros	(8 490 529)	(9 719 564)
	(10 804 448)	(11 496 317)

Esta rubrica registou uma diminuição de cerca de 0,7 milhões de euros, resultado essencialmente do efeito combinado dos seguintes fatores:

- i. Redução de 1,2 milhões de euros, na rubrica Outros gastos e perdas, em resultado da diminuição dos gastos associados à evolução cambial relacionada com a avaliação da participação financeira da empresa na Eurofima;
- ii. Aumento de 0,8 milhões de euros em Investimentos não financeiros, justificada pelo impacto das IFRS, e;
- iii. Aumento de 1,1 milhões de euros na rubrica de Impostos, em resultado do débito de imposto de selo nos contratos de seguro.

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(46 377 169)	(48 282 741)
Ativos intangíveis	(531 565)	(585 838)
IFRS 16	(1 596 703)	(1 828 612)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	269 182	-
	(48 236 255)	(50 697 191)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas. Estas são revistas anualmente, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	709 769	1 404 722
Total	709 769	1 404 722

O montante registado diz respeito à reversão de perdas por imparidade de material circulante que foi recuperado e que consequentemente foi reposto ao serviço.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 40)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Juros obtidos	256 540	144 950
Total	256 540	144 950

Na rubrica em análise são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos concedidos a empresas participadas, assim como de depósitos a prazo (IGCP-CEDIC).

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 41)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Juros suportados	(7 650 894)	(9 509 083)
Outros gastos e perdas	(66 912)	(7 288 923)
	(7 717 806)	(16 798 006)

A redução verificada nos financiamentos obtidos, justificou o decréscimo da rubrica de juros e gastos similares suportados pela CP durante o exercício de 2025, registando-se uma diminuição de 9 milhões de euros face ao período homólogo, destacando-se os gastos associados à operação de recompra de obrigações da CP ocorrida em 2024, facto que não se repetiu em 2025.

Garantias e Avals (nota 42)

Garantias e Avals prestados pela CP a terceiros, a empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)	
Empresa	Valor
Garantias prestadas pela CP a terceiros	2 881 796
Millennium BCP a favor da PETROGAL SA	2 500
Millennium BCP a favor de ESCRITÓRIOS DO TEJO	34 396
Millennium BCP a favor de PRMT TEJO SA	34 396

Saldos e Transações com Empresas Associadas (nota 43)

O grupo CP realizou operações com as suas associadas cujas participações são as que se identificam no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-25	31-dez-24
MEDWAY	-	3,73%
TIP, ACE	-	33,33%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD Tech	-	35%

Os saldos com referência a 31 de dezembro de 2025 e a 31 de dezembro de 2024 são os que a seguir se indicam:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-25	31-dez-24
Ativos		
Clientes e out. contas receber		
Associadas		
TIP, ACE	-	163 220
SIMEF, ACE	116 866	103 894
NOMAD TECH, LDA	-	21 009
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Associadas		
TIP, ACE	-	(666 780)
SIMEF, ACE	(1 280 829)	(780 267)
NOMAD TECH, LDA	-	(183 422)
Total Ativo + Passivo	(1 163 963)	(1 342 346)

As transações com referência a 31 de dezembro de 2025 e a 31 de dezembro de 2024 são as que se apresentam nos quadros seguintes:

Descrição	(valores em euros)	
	2025	2024
Vendas e prestações de serviço		
Associadas		
TIP, ACE	-	8 781 740
SIMEF, ACE	4 248 182	3 927 132
NOMAD TECH, LDA	-	84 197
Total	4 248 182	12 793 069
Gastos		
Associadas		
TIP, ACE	-	(489 841)
SIMEF, ACE	(7 257 739)	(6 614 262)
NOMAD TECH, LDA	-	(1 099 090)
Total	(7 257 739)	(8 203 193)

Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)

A Sociedade Alves Da Cunha, A Dias & Associados, Lda. apresentou honorários para o período de 2025, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, no montante de 23.645,25 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresentou honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.930 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificados acontecimentos subsequentes que proporcionem evidência de condições existentes à data do balanço e que requeiram ajustamento às quantias reconhecidas.

Não obstante, foram identificados acontecimentos subsequentes que, não dando lugar a ajustamentos, são considerados relevantes para efeitos de divulgação, destacando-se os seguintes:

- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2026, de 5 de fevereiro, foi autorizada a reprogramação dos encargos plurianuais relativos ao Plano de Investimento em Material Circulante Ferroviário para a CP — Comboios de Portugal, E. P. E., incluindo a aceleração das entregas de material circulante e o exercício do direito de opção de 36 automotoras;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2026, de 9 de fevereiro, foi autorizada a despesa relativa à aquisição de 12 unidades automotoras de alta velocidade e respetivas peças de parque e ferramentas especiais e à modernização e equipagem do centro oficial de Contumil, da Comboios de Portugal, E. P. E.;
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, foi alterada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021, de 27 de julho, procedendo ao ajustamento das fontes de financiamento tendo em consideração o aumento de Fundos Europeus a alocar aos projetos de aquisição de material circulante;
- Por Despacho 134/2026/SEO, de 6 de março, e atento o Despacho nº202/2026/SETF, foi efetuada a transferência de capital, no montante de 64.264.394,21€, correspondente à componente de financiamento por OE prevista na Resolução do Conselho de Ministros nº47-B/2026 de 3 de março;
- Por Despacho nº 5/SEMOB/2026, de 6 de março, e atento os Despachos nº203/2026/SETF e nº135/2026/SEO, foi autorizada a concessão de um empréstimo de curto prazo à CP pela ETF, no montante de 144.234.855,75€, que constituiu um adiantamento, por conta de receitas futuras, que permita assegurar a liquidez imediata para os pagamentos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026, de 3 de março, para o ano de 2026, relativos à aquisição de 153 automotoras que se destinam a assegurar o serviço urbano e regional de transporte ferroviário de passageiros;

- A CP submeteu junto do Programa de Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), a candidatura para a aquisição de 55 Unidades Múltiplas Elétricas (UME) para os Serviços Regionais, em 31 março de 2026. De referir que já se encontrava aprovada a candidatura relativa às 62 automotoras para serviço urbano do contrato base.
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE - Instituto Nacional de Estatística informa que a CP a partir de 2026 passa a integrar o setor das Sociedades Não Financeiras Públicas. Afasta-se do Perímetro Orçamental do Estado e passa a ser classificada como Entidade de Mercado para efeitos estatísticos.

Não temos conhecimento de qualquer situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Lisboa, 18 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Documento assinado digitalmente

Vice-presidente: Sara Maria Pereira do Nascimento

Documento assinado digitalmente

Vogal: Ana Maria Vicente da Silva Horta

Documento assinado digitalmente

Vogal: Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

Documento assinado digitalmente

Vogal: João António Gomes Claro

Documento assinado digitalmente

Contabilista Certificado

Elisabete Gonçalves Bettencourt

Assinado por: **ELISABETE GONÇALVES BETTENCOURT DE FREITAS OLIVEIRA**

Num. de Identificação: 10737405

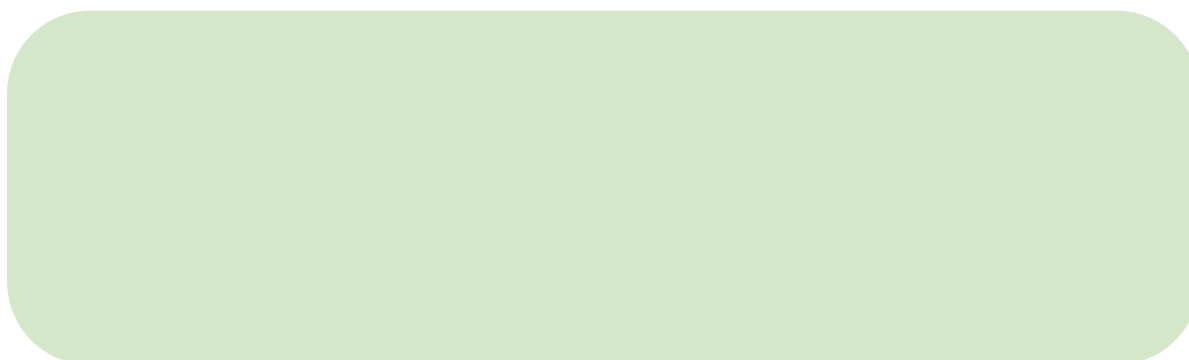
Data: 2026.06.18 14:22:35+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 60647**



Relatório de Auditoria





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 658.663.643 euros e um total de capital próprio de 233.130.781 euros, incluindo um resultado líquido de 4.155.150 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O Relatório e Contas de 2022, 2023 e 2024 do Grupo ainda não foi aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão e do relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de junho de 2026

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC n.º 1201
Registada na CMVM com o n.º 20160812



Certificação Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 658.663.643 euros e um total de capital próprio de 233.130.781 euros, incluindo um resultado líquido de 4.155.150 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas aos exercícios de 2022 a 2024 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e sectorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

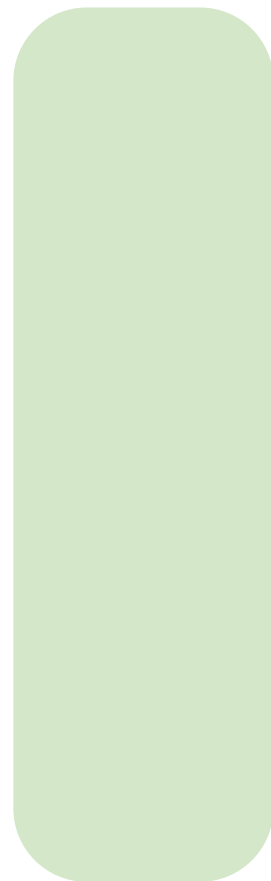
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de junho de 2026

Assinado por: **José Luís Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: 01081065
Data: 2026.06.19 18:20:48+01'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

Relatório do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2025 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP e respetivas participadas (Grupo CP), referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2025.

O presente Relatório e o Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)³ e as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos⁴, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2025, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2025;
- A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, no ano de 2025⁵, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, ainda estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro;

¹Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março, n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e 174-B/2019 de 26 de dezembro.

²De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³Datada de 19 de junho de 2026.

⁴Datado, igualmente, de 19 de junho de 2026.

⁵ Ainda que, em março de 2026, o INE divulgou a lista das entidades que, em 2025, integravam o Setor Institucional das Administrações Públicas, tendo a CP deixado de integrar a mesma, pelo que, com efeito a janeiro de 2027 e atento o disposto no artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, a CP deixará de ser uma entidade pública reclassificada.

CONSELHO FISCAL

- Na decorrência da emissão do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que determinou a atribuição à CP das compensações pelas obrigações de serviço público incorridas de 2002 a 2019, antes da entrada em vigor do Contrato de Serviço Público celebrado com o Estado, mediante aumento do capital estatutário da CP em cerca de 2.099,74 milhões de euros (M€), realizado em 2023 e em 2024 (126,3 M€), implicando uma alteração significativa na estrutura financeira da empresa, com reflexos no Grupo CP, relativamente aos anos anteriores;
- Pela RCM n.º 29/2025, de 19 de fevereiro, foi nomeado o novo Conselho de Administração da CP para o triénio 2025-2027.

É neste contexto que são apresentados as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Durante o ano de 2025, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Reuniões com a área financeira da CP;
- iii) Reuniões com a Secretária-Geral;
- iv) Realização de reunião com o ROC;
- v) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- vi) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2024;
- vii) Emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2026/2028;
- viii) Emissão de Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental;
- ix) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelos Conselho de Administração, nomeadamente sobre a prorrogação dos contratos de concessão de utilização do Domínio Público Ferroviário e alienação da participação da CP na Nomad Tech, Lda.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, respetivamente, do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros. De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, em 01 de janeiro de 2020 foi concretizada a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP, passando a integrar no seu objeto o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários⁶, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2025, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações se encontram reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social de 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,92% na TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade⁷;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), com o capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, à criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho, ao ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros.

Ainda a referir a participação da CP (51%) no Agrupamento Complementar de Empresas, SIMEF, A.C.E⁸ constituído em 2009, que tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

⁶ A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as séries de material circulante, com exceção das locomotivas 5600 que é assegurado pela SIMEF, A.C.E.

⁷ Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

⁸ Entidades Conjuntamente controladas: SIMEF, ACE (51%), empresa incluída na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

CONSELHO FISCAL

A CP detém, ainda, direta ou indiretamente, através das suas empresas subsidiárias, conforme suprarreferido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa⁹.

Relativamente às participações sociais da CP, é de destacar as seguintes alterações, ocorridas em 2025: i) venda das ações correspondentes à participação de 3,73% na Medway (ex-CP Carga); ii) retirada do TIP, ACE (que geria o sistema Andante) uma vez que o mesmo foi dissolvido e a gestão do sistema de bilhética passou a ser assegurado na TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, E.M.T., S.A.; iii) cessão das quotas representativas de 35% do Capital Social da Nomad Tech, Lda..

O Grupo CP, no final de 2025, contava com 4.049 colaboradores de efetivo a cargo (+ 49 relativamente ao verificado no final do ano de 2024), e uma frota de 234 automotoras (-4), 50 locomotivas e 163 carruagens (+7). Estes meios permitiram fazer circular cerca de 417 milhares de comboios que transportaram cerca de 208,8 milhões de passageiros (cerca de + 10,9% relativamente ao verificado no período homólogo).

O ano de 2025 ficou assim marcado por um novo máximo alcançado em termos de passageiros transportados pela CP, com ênfase nos serviços sujeitos a Obrigações de Serviço Público (OSP), para os quais se destaca, conforme já referido no âmbito do parecer às contas individuais da CP, o crescimento da utilização de títulos mensais e, em especial, do Passe Ferroviário Verde (PFV). O crescimento contínuo da procura registado nos últimos anos veio reforçar a necessidade de acelerar a modernização e o ajustamento da oferta, pelo que se salienta, pela relevância para a atividade do Grupo, que, em outubro de 2025, foi finalmente celebrado o contrato para aquisição de 117 novas automotoras elétricas.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2025, ascendeu a cerca de 4,2 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 2,2 milhões de euros, em relação ao resultado alcançado no ano anterior, que ascendeu a cerca de 1,9 milhões de euros.

Para este resultado contribuiu, essencialmente, a melhoria do resultado financeiro face ao registado no período homólogo, de cerca de 9,2 milhões de euros, essencialmente decorrente da diminuição da dívida remunerada.

Neste sentido, regista-se um decréscimo do EBITDA das atividades *core* do Grupo (transporte e manutenção) em cerca de 9,7 milhões de euros e do Resultado Operacional do Grupo em cerca de 5,3 milhões de euros, face ao ano anterior.

Assim, em termos operacionais e conforme assinalado no âmbito do parecer às contas individuais da CP, a salientar, no ano de 2025 relativamente ao registado no período homólogo, o acréscimo dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados, em particular,

⁹ Outras Participações (reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade): TRANSCOM, SARL (Moçambique) (6,92% via Fernave), Metro do Porto (0,005% via CP), Metro ligeiro de Mirandela (10% via CP), Metro do Mondego (2,5% via CP), ICF, SA (Bélgica) (2,09% via CP), Eurofima (2% via CP); BCC (Bélgica) (1,37% via CP), e Associação Centro de Competências Ferroviárias (CCF) (35,34%).

CONSELHO FISCAL

associados à prestação de serviços de manutenção e reparação, a variação positiva dos rendimentos referentes aos subsídios à exploração e nos trabalhos para a própria empresa e, em sentido contrário, em termos de impacto nos resultados, a destacar, o aumento do CMVMC e dos gastos com FSE e com pessoal.

Ao nível do resultado financeiro do Grupo, o mesmo foi negativo em cerca de 7,5 milhões de euros, registando-se uma melhoria face ao verificado em 2024, em cerca de 9,2 milhões de euros, conforme anteriormente referido, fundamentado, essencialmente, pela redução da dívida remunerada, a qual, no final do ano de 2025, ascendia a cerca de 103,9 milhões de euros, correspondente apenas ao empréstimo obrigacionista detido pela CP.

Relativamente ao Balanço do Grupo CP, assinala-se uma redução do Ativo em cerca de 9 milhões de euros, resultante da conjugação de diversos fatores dos quais se destacam, conforme assinalado no Relatório e Contas Consolidado e em linha com o evidenciado no Parecer das contas individuais da CP: i) o aumento dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em cerca de 51,4 milhões de euros, em resultado dos adiantamentos efetuados ao abrigo dos contratos de aquisição de novo material circulante; ii) a diminuição do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em cerca de 53,5 milhões de euros; iii) a diminuição de *Outros Créditos a Receber*, em cerca de 20,9 milhões de euros, com destaque para a variação da rubrica de *Devedores por Acréscimos de Rendimentos*, em resultado da anulação dos *Acréscimos de Rendimentos* associados à compensação pelas OSP prestadas pela CP nos anos de 2021, 2022 e 2024, efetivamente faturados no decorrer de 2025; iv) o aumento da rubrica *Clientes*, em cerca de 12,9 milhões de euros¹⁰; e, ainda, v) a diminuição da rubrica de *Participações Financeiras Registadas Através do Método de Equivalência Patrimonial*, em cerca de 3,5 milhões de euros, em resultado da alienação da NOMAD Tech e da liquidação do TIP.

Em termos de Passivo, registou-se um decréscimo, em 2025, de cerca de 13,2 milhões de euros, sendo de realçar a diminuição do saldo de Outras Dívidas a Pagar, em cerca de 8,3 milhões de euros, e do saldo de Fornecedores, em cerca de 2 milhões de euros.

O capital próprio do Grupo CP, no final de 2025, ascendia a cerca de 233,1 milhões de euros, com um acréscimo de cerca de 2%, relativamente ao verificado no ano transato, variação que resulta dos resultados líquidos positivos do exercício e da proposta de aplicação de resultados do ano anterior, que ainda aguarda aprovação.

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP¹¹, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou, em 2025, um resultado líquido positivo de cerca de 1,1 milhão de euros, representando um aumento de cerca de 13,2%, em relação ao registado no ano anterior, essencialmente, decorrente de mais um ano em que se verifica um aumento da sua atividade, com

¹⁰ Saldo regularizado em grande parte durante o 1.º trimestre de 2026.

¹¹ Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

CONSELHO FISCAL

impacto no acréscimo de rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados (11,1%), ainda que se tenham registado acréscimos de gastos com FSE e pessoal.

A referir a atividade da FERNAVE, em mercados externos, designadamente em Angola, no âmbito da colaboração com a empresa Lobito Atlantic Railway.

O EBITDA e o resultado operacional da FERNAVE, em 2025, ascenderam a cerca de 1,4 milhões de euros que representam acréscimos de cerca de 12%, relativamente ao verificado no ano transato, decorrentes do aumento da atividade.

Em termos de recursos humanos, a FERNAVE contava, no final de 2025, com apenas 10 colaboradores (-1 em relação ao verificado no final de 2024), embora a mesma recorra a um número significativo de formadores e consultores externos (cerca de 130, em 2025).

- **ECOSAÚDE**

No final de 2025, a empresa apurou um resultado líquido de cerca de 30 milhares de euros, o que constitui uma redução de cerca de 15,9% face ao ano anterior, registando, igualmente, decréscimos no EBITDA e no resultado operacional, o que decorre, essencialmente, do acréscimo de Gastos com pessoal, apesar do aumento das vendas e prestações de serviços (1,6%) e do controlo dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2025, com 25 trabalhadores, não se registando qualquer variação relativamente ao verificado no final do ano transato.

- **SAROS**

Em 2025, o resultado líquido ascendeu a cerca de 483 milhares de euros, superior em cerca de 30,1% em relação ao verificado no ano anterior, justificado pelo acréscimo do volume de negócios. O resultado operacional e o EBITDA registaram a mesma tendência, situando-se, respetivamente, nos 585 milhares de euros e 587 milhares de euros (acrécimos de cerca de 30%). Em termos de recursos humanos, a empresa continuou a contar apenas com um colaborador (assegurada apenas pela gerência).

- **SIMEF**

Em 2025, a SIMEF apresenta um resultado líquido de cerca de 1,3 milhões de euros, superior em cerca de 27,4% em relação ao verificado no ano anterior, salientando-se o acréscimo dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados, cerca de 22% que compensou o acréscimo de gastos. Em termos de recursos humanos, o ACE contava no final do ano com um efetivo de 73 trabalhadores.

CONSELHO FISCAL

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. e do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., tendo os mesmos sido considerados no âmbito da preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2025, e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data, tendo em consideração a ênfase, mencionada tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2025, atenta a ênfase mencionada na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria.

Lisboa, 30 de junho de 2026.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

ANTÓNIO JOSÉ
FARINHA SIMÃO

Digitally signed by ANTÓNIO
JOSÉ FARINHA SIMÃO
Date: 2026.06.30 14:21:29
+01'00'

António Farinha Simão

As Vogais,

Assinado por : **TERESA ISABEL CARVALHO COSTA**
Num. de Identificação: BI081758170
Data: 2026.06.30 12:29:48+01'00'

Teresa Costa

Assinado por: **Cristina Maria Pereira Freire**
Num. de Identificação: 10415151
Data: 2026.06.30 12:21:48+01'00'

Cristina Freire